

1427  
-LEI MUNICIPAL Nº 1.427 DE 20 DE NOVENBRO DE 1.987-

"Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de General Salgado para o exercício de 1.990".

DR. NORIVAL CAMERÁ RODERO, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

POR SAIR QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Artigo 1º - O orçamento geral do Município de General Salgado, para o exercício financeiro de 1.990, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 72.000.000,00 (setenta e dois milhões de cruzeiros novos) discriminados pelos anexos integrantes desta lei.

Artigo 2º - A Receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos, vendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes do anexo nº 2, da Lei 4.320/64, com o seguinte desdobramento:

<b>RECEITAS CORRENTES</b> .....	R\$	71.468.000,00
Receita Tributária.....	R\$	2.056.000,00
Receita Patrimonial.....	R\$	58.000,00
Receita Industrial.....	R\$	1.300.000,00
Transferências Correntes.....	R\$	67.911.000,00
Outras Receitas Correntes.....	R\$	133.000,00
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b> .....	R\$	532.000,00
Operações de Créditos.....	R\$	10.000,00
Alienções de Bens.....	R\$	70.000,00
Transferências de Capital.....	R\$	202.000,00
Outras Receitas de Capital.....	R\$	250.000,00
<b>TOTAL DA RECEITA</b> .....	R\$	72.000.000,00

Artigo 3º - A Despesa será realizada segundo a discriminação dos quadros Programa de Trabalho e Natureza da Despesa que apresentam o seguinte desdobramento:

1.- POR FUNÇÕES DE GOVERNO

01.- Legislativa .....	R\$	7.900.000,00
02.- Administração e Planejamento.....	R\$	6.740.000,00
03.- Educação e Cultura.....	R\$	32.161.000,00
10.- Habitação e Urbanismo.....	R\$	2.440.000,00

-continua-

*MR*

-Lei Municipal nº 1.427-

-continuação-

11.- Indústria, Comércio e Serviços.....	NCS\$	407.000,00
13.- Saúde e Saneamento.....	NCS\$	8.491.000,00
15.- Assistência e Previdência.....	NCS\$	3.731.000,00
16.- Transportes.....	NCS\$	10.130.000,00
<b>TOTAL DA DESPESA.....</b>	<b>NCS\$</b>	<b>72.000.000,00</b>
<b>2.- POR PROGRAMAS</b>		
01.- Processo Legislativo.....	NCS\$	7.900.000,00
02.- Administração.....	NCS\$	6.753.000,00
03.- Administração Financeira.....	NCS\$	15.000,00
42.- Ensino de 1ª Grau.....	NCS\$	23.663.000,00
44.- Ensino Superior.....	NCS\$	15.000,00
45.- Ensino Supletivo.....	NCS\$	38.000,00
46.- Educação Física e Desporto.....	NCS\$	6.092.000,00
48.- Cultura.....	NCS\$	188.000,00
49.- Educação Especial.....	NCS\$	203.000,00
60.- Serviço de Utilidade Pública.....	NCS\$	2.440.000,00
62.- Indústria.....	NCS\$	407.000,00
75.- Saúde.....	NCS\$	6.400.000,00
76.- Saneamento.....	NCS\$	2.091.000,00
81.- Assistência.....	NCS\$	430.000,00
82.- Previdência.....	NCS\$	3.301.000,00
88.- Transportes.....	NCS\$	10.130.000,00
<b>TOTAL DA DESPESA.....</b>	<b>NCS\$</b>	<b>72.000.000,00</b>

**3.- POR CATEGORIAS ECONÔMICAS**

Despesas Correntes.....	NCS\$	46.626.000,00
Despesas de Capital.....	NCS\$	25.374.000,00
<b>TOTAL DA DESPESA.....</b>	<b>NCS\$</b>	<b>72.000.000,00</b>

**4.- POR ORÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO**

**PODER LEGISLATIVO**

01.- Câmara Municipal.....	NCS\$	7.900.000,00
----------------------------	-------	--------------

**PODER EXECUTIVO**

02.- Chefe do Executivo.....	NCS\$	64.100.000,00
------------------------------	-------	---------------

<b>TOTAL DA DESPESA.....</b>	<b>NCS\$</b>	<b>72.000.000,00</b>
------------------------------	--------------	----------------------

Artigo 42 - O Poder Executivo é autorizado a:

- realizar operações de créditos por antecipação da Receita, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) da Receita estimada, nos termos da legislação em vigor,
- abrir créditos suplementares, até o 1º

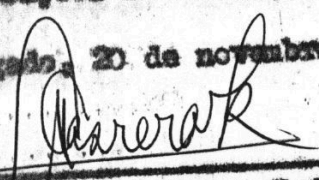
-continua-

-Lei Municipal nº 1.427-  
-continuação-

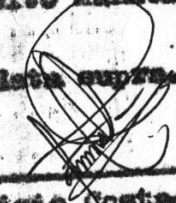
mita de 1986 (cem por cento) do Orçamento da Despesa, nos termos do artigo 7º, da Lei nº 4.320/64.

Artigo 5º - Esta lei entrará em vigor a 1ª de janeiro de 1.990, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de General Salgado, 20 de novembro de 1.989.

  
-Dr. Norival Cabrera Rodero-  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na secretaria em data supra.

  
-Aníbal Costa-  
secretário



**LEI MUNICIPAL Nº 1.426 DE 04 DE DEZEMBRO DE 1.982**

"Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros novos)".

DR. NORIVAL CARRERA ROCHA, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EM SANÇÃO E PROMULGO A SEQUINTE LEI:

Artigo 1º - Fica o Executivo Municipal autg

lizado a abrir por decreto na Contabilidade Municipal, um crédito adicional no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros novos) suplementar as seguintes dotações do orçamento municipal-vigente:

03 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

07 - Administração

021 - Administração Geral

03070210-013-3.1.1.1	- Pessoal Civil	.....	R\$	30.000,00
03070210-016-3.1.2.0	- Material de Consumo	.....	R\$	10.000,00
03070210-018-3.1.3.2	- Outros Serv. e Passagens	.....	R\$	10.000,00
03070210-021-3.1.1.1	- Pessoal Civil	.....	R\$	8.000,00
03070210-027-3.1.1.1	- Pessoal Civil	.....	R\$	15.000,00
03070210-028-3.1.2.0	- Material de Consumo	.....	R\$	30.000,00
03070210-031-3.1.1.1	- Pessoal Civil	.....	R\$	10.000,00
03070210-037-3.1.1.1	- Pessoal Civil	.....	R\$	5.000,00
03070210-042-3.1.1.1	- Pessoal Civil	.....	R\$	5.000,00
03070210-051-3.1.1.1	- Pessoal Civil	.....	R\$	20.000,00
03070210-058-3.1.1.1	- Pessoal Civil	.....	R\$	3.000,00
03070210-060-3.1.1.1	- Pessoal Civil	.....	R\$	5.000,00
03070210-077-3.1.1.1	- Pessoal Civil	.....	R\$	3.000,00
03070210-085-3.1.1.1	- Pessoal Civil	.....	R\$	12.000,00
03070210-089-3.1.1.1	- Pessoal Civil	.....	R\$	3.000,00
03070210-096-3.1.1.1	- Pessoal Civil	.....	R\$	10.000,00
03070210-103-3.1.1.1	- Pessoal Civil	.....	R\$	3.000,00
03070210-108-3.1.1.1	- Pessoal Civil	.....	R\$	10.000,00
03070210-114-3.1.1.1	- Pessoal Civil	.....	R\$	4.000,00

08 - EDUCAÇÃO E CULTURA

42 - Ensino de 1ª Grau

100 - Ensino Regular

- continua -



-Lei Municipal nº 1.423-  
-continuação-

08421880-120-3.1.1.1 - Pessoal Civil.....	NCs3	70.000,00
08421880-123-3.1.2.0 - Material de Consumo....	NCs3	100.000,00
08421880-124-3.1.2.0 - Material de Consumo....	NCs3	100.000,00
08421880-126-3.1.3.2 - Outros Serv. Encargos...	NCs3	20.000,00
08421880-137-3.1.1.1 - Pessoal Civil .....	NCs3	2.000,00
08421880-142-3.1.1.1 - Pessoal Civil .....	NCs3	1.000,00
08421880-150-3.1.1.1 - Pessoal Civil .....	NCs3	5.000,00
08421880-162-3.1.3.2 - Outros Serv. Encargos...	NCs3	1.000,00
10 - HABITAÇÃO E URBANISMO		
56 - Urbanismo		
321 - Planejamento Urbano		
10583230-168-3.1.1.1 - Pessoal Civil .....	NCs3	20.000,00
10583230-176-3.1.1.1 - Pessoal Civil .....	NCs3	6.000,00
10583230-181-3.1.1.1 - Pessoal Civil .....	NCs3	13.000,00
10583230-187-3.1.1.1 - Pessoal Civil .....	NCs3	8.000,00
13 - SAÚDE E SANEAMENTO		
75 - Saúde		
428 - Assistência Médica Sanitária		
13754280-200-3.1.1.1 - Pessoal Civil .....	NCs3	100.000,00
13754280-201-3.1.2.0 - Material de Consumo....	NCs3	20.000,00
13754280-202-3.1.2.0 - Material de Consumo....	NCs3	27.000,00
13754280-203-3.1.3.1 - Outros Serv. Encargos...	NCs3	20.000,00
13 - SAÚDE E SANEAMENTO		
76 - Saneamento		
447 - Abastecimento D'Água		
13764470-213-3.1.1.1 - Pessoal Civil .....	NCs3	12.000,00
13764470-220-3.1.1.1 - Pessoal Civil .....	NCs3	3.000,00
15 - ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		
81 - Assistência		
483 - Assistência ao Menor		
15814831-231-4.1.1.0 - Obras e Instalações....	NCs3	20.000,00
15 - ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA		
82 - Previdência		
494 - 498 - Previdência Social Geral		
15824940-235-3.2.5.1 - Inativos.....	NCs3	8.000,00
15824940-236-3.2.5.2 - Pensionistas.....	NCs3	5.000,00
16 - TRANSPORTES		
68 - Transporte Rodoviário		
534 - Estradas Vicinais		

-continua-

*AK*  
-Lei Municipal nº 1.428-

-continuação-

16885340-244-3.1.1.1 - Pessoal Civil.....	Moeda	50.000,00
16885340-247-3.1.2.0 - Material de Consumo...	Moeda	10.000,00
16885340-256-4.1.2.0 - Equip. Mat. Permanente...	Moeda	100.000,00
<b>T O T A L .....</b>	<b>Moeda</b>	<b>1.000.000,00</b>

Artigo 2º - Para cobertura do crédito aberto pelo artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de excedente de arrecadação a ser verificado no corrente exercício.

Artigo 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de General Salgado, 06 de dezembro de 1989.

  
-Norival Cabrerá Rodero-  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na secretaria em data supra.

  
-Anísio Costa-  
secretário



1429

**LEI MUNICIPAL Nº 1.429 DE 06 DE DEZEMBRO DE 1989**

**"Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a transformar o terreno institucional em domínial e dá outras providências".**

**DR. HOMIVAL CARRERA RODRIGO, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.**

**FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EM SANÇÃO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:**

**Artigo 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a transformar de institucional para domínial o seguinte terreno.**

**"Terreno com área total de 2.461,40 metros quadrados, situado no "Jardim São Joaquim", nesta cidade, com as seguintes divisas e confrontações: pela frente confronta-se com a Rua "F" atualmente Rua José Duran onde mede 34,34 metros; pelo lado direito de quem de frente vê, confronta-se com os lotes 1, 2, 3, 4 e 5 da quadra 4 onde mede 33,00 metros; pelo lado esquerdo de quem de frente vê, confronta-se com a Rua "G" atualmente Rua Florindo Venâncio onde mede 37,22 metros; e finalmente pelos fundos, confronta-se com a Rua "A" atualmente Rua Reginaldo Ribeiro da Silva, onde mede 39,33 metros".**

**Artigo 2º - As despesas decorrentes com a execução da presente lei, correrão à conta de dotação própria - constante do orçamento municipal vigente.**

**Artigo 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.**  
**Prefeitura Municipal de General Salgado, 06 de dezembro de 1989.**

  
**-Dr. Homival Carrera Rodrigo-  
 Prefeito Municipal**

**Publicada e registrada na secretaria em data supra.**

  
**-Inácio Costa-  
 secretário**

1430  
**LEI MUNICIPAL Nº 1.430 DE 06 DE DEZEMBRO DE 1989**

**"Dispõe sobre majoração de vencimentos dos funcionários, servidores, pensionistas e aposentados da Prefeitura Municipal de General Salgado".**

**DR. NORIVAL CARRERA RODRIGO, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.**

**FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO E PROMULGO A SEQUINTE LEI:**

**Artigo 1º - Ficam majorados em 45% (quarenta e cinco por cento) os vencimentos dos funcionários, servidores, pensionistas e aposentados da Prefeitura Municipal de General Salgado, a partir de 01 de dezembro de 1989.**

**Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução da presente lei, correrão à conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente, suplementadas se necessário.**

**Artigo 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.**

**Prefeitura Municipal de General Salgado, 06 de dezembro de 1989.**

  
**-Dr. Norival Carrera Rodrigo-**  
**Prefeito Municipal**

**Publicada e registrada na secretaria em data supra.**

  
**-Aristio Costa-**  
**secretário**



**LEI MUNICIPAL Nº 1.431 DE 06 DE DEZEMBRO DE 1.982**  
**"DISPÕE SOBRE O CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL"**

DR. MORTYAL JACINTA RODRIGO, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

**FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE PROMULGA A SEGUINTE LEI:**

**Artigo 1º** - Esta lei disciplina as atividades tributárias do Município e estabelece normas complementares de direito a ela relativas.

**Parágrafo Único** - Esta Lei tem a denominação de  
**CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO**

**LIVRO PRIMEIRO**

**PARTES GERAIS**

**TÍTULO I**

**DAS NORMAS GERAIS E COMPLEMENTARES**

**CAPÍTULO I**

**DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

**Artigo 2º** - A expressão "legislação tributária" compreende as leis, decretos e normas complementares que versam, no todo ou em parte, sobre tributos de competência do Município e sobre as relações jurídicas a eles pertinentes.

**Artigo 3º** - Somente a lei pode estabelecer:

- I - a instituição de tributos ou a sua extinção;
- II - a definição do fato gerador da obrigação tributária principal e a de seu sujeito passivo;
- III - a fixação da alíquota do tributo e a sua base de cálculo;
- IV - a instituição de penalidades para as ações ou omissões contrárias a seus dispositivos ou para outras infrações neles definidas;
- V - as hipóteses de suspensão, extinção e exclusão de créditos tributários ou de dispensa ou redução de penalidades.

**Artigo 4º** - O Prefeito regulamentará mediante decreto as leis que versam sobre matéria tributária de competência do Município, observando as disposições e os limites desta lei.

**Artigo 5 -** Os atos e os decretos do Executivo deverão obedecer:

- I - as normas constitucionais vigentes;
- II - as normas gerais de direito tributário estabelecidas pelo Sistema Tributário Nacional;
- III - as disposições deste código e das leis municipais a ele subsequentes.

**Artigo 6 -** São normas complementares das leis e decretos:

- I - os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas;
- II - as decisões proferidas pelas autoridades judiciais de primeira e segunda instâncias, nos termos estabelecidos na parte processual (livro primeiro, título II, deste código);
- III - as práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas;
- IV - os convênios celebrados entre o Município e os governos federal ou estadual.

**Artigo 7 -** Nenhum tributo será cobrado, ou ainda exercício fiscal ativo, sem que a lei que o houver instituído ou anexo dele esteja em vigor antes do início desse exercício.

**Parágrafo Único -** Entra em vigor no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que ocorre a sua publicação, a lei ou o dispositivo da lei que:

- I - defina novas hipóteses de incidência;
- II - extinga ou reduza imensões, salvo se dispuser de maneira mais favorável ao contribuinte.

## CAPÍTULO IV

### DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

**Artigo 8 -** Todas as funções referentes a cadastramento, lançamento, cobrança e fiscalização dos tributos municipais, aplicação de sanções por infração à legislação tributária do Município, bem como as medidas de prevenção e repressão às fraudes, serão exercidas pelos órgãos fiscais e repartições a eles hierarquicamente ou funcionalmente subordinadas, segundo as atribuições constantes da lei de organização administrativa do Município e os respectivos regimentos internos.

**Parágrafo Único -** Aos órgãos referidos neste artigo reserva-se a denominação de "fisco" ou "fazenda municipal".



**Artigo 9 -** Os órgãos e servidores incumbidos do lançamento, cobrança e fiscalização dos tributos, sem prejuízo do rigor e vigilância indispensáveis ao bom desenvolvimento de suas atividades, darão assistência técnica aos contribuintes e responsáveis, prestando-lhes esclarecimentos sobre a interpretação e fiel observância da legislação tributária.

**Artigo 10 -** É facultado a qualquer interessado dirigir consultas e repartições competentes sobre assuntos relacionados com a interpretação e aplicação da legislação tributária.

**Parágrafo Único -** A consulta deverá ser formulada com objetividade e clareza e, consoante, poderá facultar a vista ou circunstâncias atinentes à situação:

I - do contribuinte ou responsável;

II - de terceiro, sujeito, nos termos da legislação tributária, ao cumprimento da obrigação tributária.

**Artigo 11 -** A autoridade julgadora dará solução à consulta no prazo fixado, em regulamento, contado do ato de sua apresentação.

**Parágrafo 1º -** A solução dada a consulta terá efeito vinculante e obrigatório do órgão, sendo que a resposta desfavorável ao contribuinte ou responsável obrigará, desde logo, ao pagamento do tributo ou da penalidade, se for caso, independentemente de recurso que couber.

**Parágrafo 2º -** A formulação da consulta não terá efeito suspensivo dos tributos e penalidades pecuniárias.

**Parágrafo 3º -** Ao contribuinte responsável que proceder de conformidade com a solução dada a sua consulta, não poderão ser aplicadas penalidades que decorram de decisão divergente preferida pela instância superior, nem ficará em ou outro obrigado a pagar de acordo com essa decisão, tão logo ela lhe seja comunicada.

### CAPÍTULO III

#### DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

##### Seção I

##### Das Penalidades

**Artigo 12 -** A obrigação tributária compreende as seguintes modalidades:

**I - obrigação tributária principal;**

**II - obrigação tributária acessória.**

**Parágrafo 1º -** Obrigação tributária principal é a que surge com a ocorrência do fato gerador e tem por objetivo o pagamento de tributo ou de penalidade pecuniária extinguido-se juntamente com o crédito dela decorrente.

**Parágrafo 2º -** Obrigação tributária acessória é a que decorre da legislação tributária e tem por objeto a prática ou a abstenção de atos nela previstos, no interesse do lançamento, da cobrança e da fiscalização dos tributos.

**Parágrafo 3º -** A obrigação tributária acessória, pelo simples fato de sua inobservância, converte-se em principal, relativamente à penalidade pecuniária.

#### **Seção II**

##### **Do Fato Gerador**

**Artigo 13-** Fato gerador da obrigação tributária principal é a situação definida neste código como necessária e suficiente para justificar o lançamento e a cobrança de cada um dos tributos da competência do Município.

**Artigo 14-** Fato gerador da obrigação tributária acessória é qualquer situação que, na forma da legislação tributária, imponha a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.

#### **Seção III**

##### **Do Sujeito Ativo**

**Artigo 15 -** Na qualidade de sujeito ativo da obrigação tributária, o Município é pessoa de direito público titular da competência para lançar, cobrar e fiscalizar os tributos especificados neste código e nas leis a ele subseqüentes.

**Parágrafo 1º -** A competência tributária é indelegável, salvo a atribuição da função de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferidas a outra pessoa de direito público.

**Parágrafo 2º -** Não constitui delegação de competência e consentimento a pessoa de direito privado de encargo ou função de arrecadar tributos.



## Seção IV

## Do Sujeito Passivo

## Subseção I

## Das Disposições Gerais

**Artigo 16** - Sujeito passivo da obrigação tributária é a pessoa - física ou jurídica obrigada, nos termos deste código, ao pagamento de tributos da competência do Município.

**Parágrafo Único** - O sujeito passivo da obrigação principal será considerado:

- I - contribuinte: quando tiver relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador;
- II - responsável: quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorrer de disposições expressas neste código.

**Artigo 17** - Sujeito passivo da obrigação acessória é a pessoa - obrigada à prática ou à abstenção de atos discriminados, na legislação tributária do Município, que não configurem obrigação principal.

**Artigo 18** - Salvo os casos expressamente previstos em lei, as convenções e contratos relativos à responsabilidade pelo pagamento de tributos não podem ser opostos à Fazenda municipal, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.

## Subseção II

## Da Solidariedade

**Artigo 19** - São solidariamente obrigados:

- I - as pessoas expressamente designadas neste código;
- II - as pessoas que, ainda não expressamente designadas neste código, tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal.

**Parágrafo Único** - A solidariedade não comporta benefícios de ordem.

**Artigo 20** - Salvo os casos expressamente previstos em lei, a solidariedade produz os seguintes efeitos:

- I - o pagamento efetuado por um dos obrigados aproveita aos demais;
- II - a isenção ou remissão do crédito extingue todos

-os obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles, subistindo, nesse caso, a solidiedade quanto ao dano pelo saldo;

III - a interrupção da prescrição, em favor ou contra um dos obrigados, favorecendo ou prejudicando aos demais.

### Subseção III

#### Do Domicílio Tributário

**Artigo 21 -** Ao contribuinte ou responsável é facultado escolher e indicar à repartição fiscal, na forma e nos prazos previstos em regulamento, o seu domicílio tributário do Município, sendo entendido o lugar onde a pessoa física ou jurídica desenvolve a sua atividade, responde por suas obrigações perante a fazenda municipal e pratica os demais atos que constituam ou possam vir a constituir obrigação tributária.

**Parágrafo 1º -** Na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, do domicílio tributário, considerará-se-o como tal:

- I - quanto às pessoas naturais a sua residência habitual ou, se esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de suas atividades;
- II - quanto às pessoas jurídicas de direito privado ou às firmas individuais o lugar de sua sede ou, em relação aos atos ou fatos que deram origem à obrigação tributária, o de cada estabelecimento;
- III - quanto às pessoas jurídicas de direito público qualquer de suas repartições no território do Município.

**Parágrafo 2º -** Quando não couber a aplicação das regras previstas em qualquer dos incisos do parágrafo anterior, considerará-se como domicílio tributário do contribuinte ou responsável o lugar de emissão dos atos ou da ocorrência dos atos ou fatos que deram ou poderão dar origem à obrigação tributária.

**Parágrafo 3º -** A autoridade administrativa pode recusar o domicílio eleito quanto à sua localização, se esta ou quaisquer outras circunstâncias impossibilitam ou difi-

—suíte a arrecadação ou a fiscalização do tributo, aplicando-se, então, a regra do parágrafo anterior.

**Artigo 22** — O domicílio tributário será obrigatoriamente consignado nas petições, requerimentos, consultas, reclamações, recursos, declarações, guias e quaisquer outros documentos dirigidos ou apresentados ao fisco municipal.

#### **Seção V**

#### **Da Responsabilidade Tributária**

#### **Subseção I**

#### **Da Responsabilidade dos Sucessores**

**Artigo 23** — Os créditos tributários referentes ao imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, bem como as taxas pela prestação de serviços que gravam os bens imóveis e a contribuição de melhoria subrogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando constata do título a prova de sua quitação.

**Parágrafo Único** — No caso de arrematação em hasta pública, a subrogação ocorre sobre o respectivo preço.

**Artigo 24** — São pessoalmente responsáveis:

- I — o adquirente ou remitante, pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos sem que tenha havido prova de sua quitação;
- II — o sucessor a qualquer título e o cônjuge necessário, pelos tributos devidos até a data da partilha ou adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão, do legado ou da herança;
- III — o espólio, pelos tributos devidos pelo "de cujus" até a data da abertura da sucessão.

**Artigo 25** — A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra ou em outra é responsável pelos tributos devidos até a data do ato pelas pessoas jurídicas de direito privado fundidas, transformadas ou incorporadas.

**Parágrafo Único** — O disposto neste artigo aplica-se aos casos de extinção de pessoas jurídicas de direito privado, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer órgão remanescente ou seja espólio, sob a mesma ou ainda outra razão social, ou sob firma individual.



**Artigo 26** - A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outro, a qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos devidos até a data do ato, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido.

- I** - integralmente, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade;
- II** - subsidiariamente com o alienante, se este não seguir na exploração ou iniciar, dentro de seis meses a contar da data da alienação, nova atividade do mesmo ou em outra ramo de comércio, indústria ou profissão.

#### **Subseção III**

#### **Da Responsabilidade de Terceiros**

**Artigo 27** - Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com estes nos atos que intervêm, ou pelas emissões pelas quais foram responsáveis:

- I** - os pais, pelos tributos devidos por seus filhos menores;
- II** - os tutores e curadores, pelos tributos devidos pelos menores tutelados e curatelados;
- III** - os administradores do bem de terceiros, pelos tributos devidos por estes;
- IV** - o inventariante, pelos tributos devidos pelo espólio;
- V** - o síndico e o comissário, pelos tributos devidos pela massa falida ou pelo concordatário;
- VI** - os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles ou por meio deles em razão de seu ofício;
- VII** - os sócios, no caso da liquidação da sociedade de pessoas.

**Parágrafo Único** - O disposto neste artigo só se aplica, em matéria de penalidades, às de caráter moratório.

**Artigo 28** - São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração da lei, contrato social ou estatutos:

- I - as pessoas referidas no artigo anterior;
- II - os mandatários, prepostos e empregados;
- III - os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.

**Artigo 29** - Os tabeliães e escrivães não poderão lavrar instrumentos, escrituras e termos judiciais sem que o imposto devido tenha sido pago.

**Parágrafo Único** - Os tabeliães e escrivães transcreverão a guia de recolhimento do imposto de transmissão "inter-vivos" nos instrumentos, escrituras ou termos que lavrarem.

### Subseção III

#### Da Responsabilidade por Infrações

**Artigo 30** - Salvo os casos expressamente ressalvados em lei, a responsabilidade por infrações à legislação tributária do Município independe da intenção do agente ou responsável, bem como da natureza e da extensão dos efeitos do ato.

**Artigo 31** - A responsabilidade é pessoal do agente:

- I - quanto às infrações conceituadas por lei como crime ou contravenções, salvo quando praticadas no exercício regular de administração, mandato, função, cargo ou emprego, ou no cumprimento de ordem expressa emitida por quem de direito;
- II - quanto às infrações em cuja definição do fato específico do agente seja elementar;
- III - quanto às infrações que decorram direta e exclusivamente do fato específico:
  - a) das pessoas referidas no artigo 27, contra aquelas por quem respondam;
  - b) dos mandatários, prepostos ou empregados, contra seus mandantes, preponentes ou empregadores;
  - c) dos diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.

**Artigo 32** - A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos acessórios legais, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.

**Parágrafo Único** - Não será considerada espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionada com a infração.

#### CAPÍTULO IV

#### DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

##### Seção I

##### Das Disposições Gerais

**Artigo 33** - O crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta.

**Artigo 34** - As circunstâncias que modificam o crédito tributário, sua extensão ou seus efeitos, ou as garantias ou os privilégios a ele atribuídos, ou que excluem a sua exigibilidade, não afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.

**Artigo 35** - O crédito tributário regularmente constituído cessa, se se modifica ou extingue, ou tem a sua exigibilidade suspensa ou excluída nos casos expressamente previstos neste Código, obedecendo os preceitos básicos fixados no Código Tributário Nacional, fora dos quais não podem ser dispensadas, sob pena de responsabilidade funcional, na forma da lei, a sua efetivação ou as respectivas garantias.

##### Seção II

##### Da Constituição do Crédito Tributário

##### Subseção I

##### Do Lançamento

**Artigo 36** - Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo que tem por objetivo:

**I** - verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente;

- II - determinar a matéria do tributo devido;
- III - calcular o montante do tributo devido;
- IV - identificar o sujeito passivo;
- V - propor, sendo o caso, a aplicação da penalidade cabível.

Parágrafo Único - A atividade administrativa do lançamento é - vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

Artigo 37 - O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.

Parágrafo Único - Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação tributária, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização ampliada os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios, exceto, neste último caso, para o efeito de atribuir responsabilidade tributária a terceiros.

Artigo 38 - O lançamento compreende as seguintes modalidades:

- I - lançamento direto: quando sua iniciativa competir à fazenda municipal, sendo o mesmo procedido com base nos dados apurados diretamente pela repartição fazendária junto ao contribuinte ou responsável, ou a terceiro que disponha desses dados;
- II - lançamento por homologação: quando a legislação atribuir ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade fazendária, operando-se o lançamento pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente o homologar;
- III - lançamento por declarações: quando for efetuado pelo fisco com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiro, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, presta à



autoridade fazendária, informações sobre matéria de fato, indispensável à sua efetivação.

**Parágrafo 1º** - A omissão ou erro de lançamento, qualquer que seja a sua modalidade, não exonera o contribuinte da obrigação tributária, nem de qualquer modo lhe aproveita.

**Parágrafo 2º** - O pagamento antecipado pelo obrigado nos termos do inciso II deste artigo, extingue o crédito sob orientação, dize, condição resolutória de ulterior homologação de lançamento.

**Parágrafo 3º** - Na hipótese do inciso II deste artigo, não influi sobre a obrigação tributária quaisquer atos anteriores à homologação, praticados pelo sujeito passivo ou por terceiros, visando a extinção total ou parcial do crédito; tais atos, serão porém, considerados na apuração de saldo porventura devido e, sendo o caso, na imposição de penalidade, ou na sua graduação.

**Parágrafo 4º** - E de cinco anos, a contar da ocorrência de fato gerador, o prazo para a homologação de lançamento a que se refere o inciso II deste artigo; expirado esse prazo sem que a fazenda municipal se tenha pronunciado, considerará-se homologado o lançamento e definitiva-mente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

**Parágrafo 5º** - Na hipótese do inciso II deste artigo, a retificação da declaração por iniciativa do próprio declarante, quando vise a reduzir ou a excluir tributo, só será admissível mediante comprovação do erro em que se fundou, e antes da notificação o lançamento.

**Parágrafo 6º** - Os erros contidos na declaração a que se refere o inciso III deste artigo, apurados quando do seu exame, serão retificados de ofício pela autoridade administrativa à qual competir a revisão.

**Artigo 3º** - As alterações e substituições dos lançamentos originais serão feitas através de novos lançamentos, a saber:

I - lançamento de ofício: quando o lançamento original for efetuado ou revisado de ofício pela autoridade administrativa, nos seguintes casos:

- a) quando não for prestada declaração, por quem do direito, na forma e nos termos da legislação tributária;
  - b) quando a pessoa legalmente obrigada, embora tenha prestado declaração nos termos da alínea anterior, deixa de atender, nos prazos e na forma da legislação tributária, a pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa, recusa-se a prestá-lo ou não o presta, satisfatoriamente, a juízo daquela autoridade;
  - c) quando se comprovar falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória;
  - d) quando se comprova omissão ou inexistência, por parte da pessoa legalmente obrigada, nos casos de lançamento por homologação;
  - e) quando se comprova ação ou omissão de sujeito passivo ou do terceiro legalmente obrigado, que dê lugar à aplicação da penalidade pecuniária;
  - f) quando se comprova que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação;
  - g) quando deve ser considerado fato não conhecido ou não provado por ocasião do lançamento anterior;
  - h) quando se comprova que, no lançamento anterior, ocorreu fraude ou falta funcional da autoridade que o efetuou, ou omissão, pela mesma autoridade, de ato ou formalidade essenciais;
  - i) nos demais casos expressamente designados neste artigo ou em lei subsequente;
- II - Lançamento aditivo:** quando o lançamento original consignar diferença a menor contra o fisco, em decorrência de erro de fato em qualquer das fases de execução;

III - lançamento substitutivo quando, em decorrência de erro de fato, houver necessidade de substituição do lançamento original, cujos defeitos o invalidam para todos os fins de direito.

**Artigo 40** - O lançamento e suas alterações serão comunicados ao contribuinte por qualquer uma das seguintes formas:

- I - pela entrega da notificação ou aviso de lançamento no domicílio fiscal do contribuinte;
- II - por notificação direta;
- III - por publicação no órgão oficial do Município - ou Estado;
- IV - por publicação em órgão da imprensa local;
- V - por meio de edital afixado na Prefeitura;
- VI - por qualquer outra forma estabelecida na legislação tributária do Município.

**Parágrafo 1º** - Quando o domicílio tributário do contribuinte localizar-se fora do território do Município, a notificação, quando direta, considerará-se feita com a mesma do aviso por via postal.

**Parágrafo 2º** - Na impossibilidade de se localizar pessoalmente o sujeito passivo, quer através da entrega pessoal da notificação, quer através da sua presença por via postal, reputar-se-á efetuado o lançamento ou efetivadas as suas alterações:

- I - mediante comunicação publicada na imprensa em um dos seguintes órgãos:
  - a) no órgão oficial do Município;
  - b) em qualquer órgão da imprensa local ou de comprovada circulação no território do Município;
  - c) no órgão oficial de Estado;

- II - mediante afixação de edital na Prefeitura;

**Artigo 41** - A recusa do sujeito passivo em receber a comunicação do lançamento ou a impossibilidade de localizá-lo pessoalmente, ou através de via postal, não implica em dilatação do prazo concedido para o cumprimento da obrigação tributária ou para a apresentação de reclamações ou interposição de recursos.

**Artigo 42** - É facultado à Fazenda municipal o arbitramento de bases tributárias, quando o montante do tributo não

sejam conhecido exatamente.

**Parágrafo 1º** - O arbitramento estabelecido, justificadamente, a base tributária presunção.

**Parágrafo 2º** - O contribuinte a quem se refere este artigo não é obrigado a liquidação de crédito tributário.

#### Subseção II

##### De Fiscalização

**Artigo 13** - Com a finalidade de obter elementos que lhe permitam verificar a exatidão das declarações apresentadas pelos contribuintes e responsáveis e determinar, com precisão, a natureza e o montante dos créditos tributários, a Fazenda Municipal poderá:

- I - exigir, a qualquer tempo, a exibição dos livros e comprovantes dos atos e operações que constituam ou possam vir constituir fato gerador de obrigação tributária;
- II - fazer inspeções, vistorias, levantamentos e avaliações nos locais e estabelecimentos onde se exercem atividades passíveis de tributação, ou nos bens que constituam matéria tributável;
- III - exigir informações escritas ou verbais;
- IV - notificar o contribuinte ou responsável para comparecer à repartição fiscal;
- V - requisitar o auxílio da força pública ou requerer ordem judicial, quando indispensável à realização de diligências, inclusive inspeções necessárias ao registro dos locais e estabelecimentos, assim como dos bens e documentação dos contribuintes e responsáveis.

**Parágrafo 1º** - O disposto neste artigo aplica-se, inclusive, às pessoas naturais ou jurídicas que gozem de imunidade ou sejam beneficiadas por isenções ou quaisquer outras formas de suspensão ou exclusão de crédito tributário.

**Parágrafo 2º** - Para os efeitos da legislação tributária do Município, não tem aplicação qualquer disposição legal, excludente ou limitativa do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e coisas anexas de firmas dos comerciantes, in-



-diretores, ou proclitores, ou da obrigação destes de  
exibi-los.

**Artigo 44** - Mediante intimação escrita, são obrigados a prestar  
à fazenda municipal todas as informações de que dis-  
ponham com relação aos bens, negócios ou atividades  
de terceiros:

- I - os tabeliães, cartórios e demais serventuários  
do ofício;
- II - os bancos, caixas econômicas e demais institui-  
ções financeiras;
- III - as empresas de administração de bens;
- IV - os corretores, leiloeiros e despachantes ofi-  
ciais;
- V - os inventariantes;
- VI - os síndicos, comissários e liquidatários;
- VII - os inquilinos e os titulares do direito de usa-  
fruto;
- VIII - os síndicos ou qualquer dos condôminos, nos ca-  
sos de propriedades em condomínio;
- IX - os responsáveis por cooperativas, associações-  
desportivas e entidades de classes;
- X - quaisquer outras entidades ou pessoas que, em  
razão de seu cargo, ofício, função, ministério,  
atividades ou profissão detenham em seu poder,  
a qualquer título e de qualquer forma, informa-  
ções sobre bens, negócios ou atividades de ter-  
ceiros.

**Parágrafo Único** - A obrigação prevista neste artigo não abrang-  
a prestação de informações quanto a fatos co-  
bre os quais o informante esteja legalmente  
obrigado a observar segredo em razão de cargo,  
função, ministério, atividades ou profissão.

**Artigo 45** - Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é  
vedada a divulgação, por qualquer meio e para qual-  
quer fim, por parte do fisco ou de seus funcionários  
de qualquer informação obtida em razão do ofício, co-  
bre a situação econômica ou financeira dos sujeitos  
passivos ou de terceiros e sobre a natureza e o est-  
do de seus negócios ou atividades.

**Parágrafo Único** - Extrema-se do disposto neste artigo, unicamente:

I - a prestação de mútua assistência para a fiscalização dos tributos respectivos e a prestação de informações entre os órgãos federais e estaduais, nos termos do Código Tributário Nacional;

II - as cartas de requisição regular da autoridade jurídica, no interesse da justiça.

**Artigo 46** - O Município poderá instituir livros e registros obrigatórios de bens, serviços e operações tributáveis, a fim de apurar os elementos necessários ao seu lançamento e fiscalização.

**Parágrafo Único** - O regulamento disporá sobre a natureza e as características dos livros e registros de que trata este artigo.

**Artigo 47** - A autoridade administrativa que proceder ou presidir a quaisquer diligências de fiscalização lavrará os termos necessários para que se documente o início do procedimento fiscal, na forma da legislação aplicável, que fixará o prazo máximo para a conclusão daquelas.

**Parágrafo Único** - Os termos a que se refere este artigo serão lavrados, sempre que possível, em um dos livros fiscais; quando lavrados em separado, deles se entregará à pessoa sujeita à fiscalização, cópia autenticada pela autoridade que proceder ou presidir a diligência.

### Subseção III

#### Da Cobrança e Recolhimento

**Artigo 48** - A cobrança e o recolhimento dos tributos far-se-ão na forma e nos prazos estabelecidos na legislação tributária do Município.

**Parágrafo Único** - O executivo, mediante decreto, estabelecerá as datas e os prazos de pagamento dos tributos, dispondo ainda sobre as formas de sua cobrança, recolhimento, podendo inclusive fixar descontos para pagamentos antecipados e correção monetária para pagamentos parcelados.

**Artigo 49** - Aos créditos tributários do Município aplicam-se as normas de correção monetária estabelecidas na legislação federal.

**Artigo 50** - Nenhum recolhimento de tributo ou penalidade pecuniária será efetuado sem que se expoe a competente guia ou conhecimento, na forma estabelecida em regulamento.

**Parágrafo Único** - No caso de expedição fundamentada de guias ou conhecimentos, responderão civil, criminal e administrativamente, os servidores que os houverem emitido, omitido ou fornecido.

**Artigo 51** - O pagamento não importa em quitação do crédito fiscal, valendo o recibo somente como prova do recolhimento da importância nele referida, continuando o contribuinte obrigado a satisfazer diferenças que venham a ser posteriormente apuradas.

**Artigo 52** - Na cobrança a menor de tributo ou penalidade pecuniária, respondem solidariamente, tanto o servidor pelo erro, quanto o sujeito passivo, cabendo àquele o direito regressivo de reaver darte o total do desconto.

**Artigo 53** - O Prefeito poderá firmar convênios com estabelecimentos bancários, oficiais ou não, com sede, agência ou posto no território do Município, visando o recolhimento de tributos e penalidades pecuniárias, vedada a atribuição de qualquer parcela da arrecadação à título de remuneração, bem como o recebimento de juros desses depósitos.

**Parágrafo Único** - O regulamento dispõe sobre o sistema de arrecadação de tributos através do rede bancária, podendo autorizar, em casos especiais, a inclusão, no convênio, de estabelecimentos bancários com sede, agências ou escritórios em locais fora do território do Município, quando o número de contribuintes neles domiciliados justificar tal medida.

#### Subseção IV

#### Da Restituição

**Artigo 54** - As quantias indevidamente recebidas em pagamento de créditos tributários serão restituídas, no todo ou em parte, independentemente de pedido do sujeito passivo e seja qual for a modalidade de pagamento, nos seguintes casos:

- I - cobrança ou pagamento espontâneo de tributo - indevido ou maior que o devido, em face da legislação tributária aplicável ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador - efetivamente ocorrido;
- ou na identificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;

III - reforma, anulação, revogação ou rescisão da decisão condenatória.

**Artigo 55** - A restituição total ou parcial de tributos dá lugar à restituição, na mesma proporção, das penalidades pecuniárias e demais encargos legais a eles relativos.

**Parágrafo Único** - O disposto neste artigo não se aplica às infrações do caráter formal, que não são afetadas pela causa acessória da restituição.

**Artigo 56** - A restituição de tributos que comporte, pela sua natureza, transferência do respectivo encargo financeiro, somente poderá ser feita a quem prove haver assumido o referido encargo financeiro ou, no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por ele autorizado a recebê-lo.

**Artigo 57** - O direito de pleitear a restituição extingue-se com o decurso do prazo de cinco anos, contados:

- I - na hipótese dos incisos I e II do artigo 54, da data da extinção do crédito tributário;
- II - na hipótese do inciso III do artigo 54, da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa ou passar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado ou rescindido a ação condenatória.

**Artigo 58** - Prescreve-se dois anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição.

**Parágrafo Único** - O prazo de prescrição é interrompido pelo início da ação judicial, reconhecendo o seu curso, por metade, a partir da data da intimação validamente feita ao representante judicial da fazenda municipal.



## Seção III

### Da Suspensão do Crédito Tributário

#### Subseção I

#### Das Modalidades de Suspensão

**Artigo 59** - Suspensão a exigibilidade do crédito tributário:

- I - a moratória;
- II - o depósito do seu montante integral;
- III - as reclamações e os recursos, nos termos definidos na Parte Processual ( Livro Primeiro, Título II) deste Código;
- IV - a concessão de medida liminar ou mandado de segurança.

**Parágrafo Único** - A suspensão da exigibilidade do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso, ou dela consequentes.

#### Subseção II

#### Da Moratória

**Artigo 60** - Constitui moratória a concessão de novo prazo ao sujeito passivo, após o vencimento do prazo original, e somente assinalado para o pagamento do crédito tributário.

**Parágrafo 1º** - A moratória somente abrange os créditos definitivamente constituídos à data da lei ou do despacho que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido iniciado àquela data, por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.

**Parágrafo 2º** - A moratória não aproveita os casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou de terceiros ou benefícios daquele.

**Artigo 61** - A moratória somente poderá ser concedida:

- I - em caráter geral, por lei que pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade a determinada região do território do Município ou, a determinada classe ou categoria de sujeitos passivos;
- II - em caráter individual, por despacho da autoridade administrativa, a requerimento do sujeito passivo.

**Artigo 62** - A lei que conceder moratória em caráter geral ou o despacho que conceder em caráter individual obedecerá

**Artigo 60 - São as seguintes condições:**

- I - na concessão em caráter geral, a lei especificará o prazo de duração do favor e, sendo o caso:**
  - a) os tributos a que se aplica;
  - b) o número de prestações e os seus vencimentos;
- II - na concessão em caráter individual, o regulamento especificará as formas e as garantias para a concessão do favor;**
- III - o número de prestações não excederá de trinta e seis e o seu vencimento será mensal e consecutivo, vencendo as prestações legais no mês ou frações;**
- IV - o não pagamento de três prestações consecutivas implicará no cancelamento automático do parcelamento, independentemente de prévio aviso ou notificação, promovendo-se de imediato a inscrição do saldo devido na dívida ativa, para cobrança executiva.**

**Artigo 61 - A concessão da moratória em caráter individual não gera direito adquirido e será revogada de ofício, sempre que se apure que o beneficiário não satisfizesse ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir as condições para a concessão do favor, cobrando-se o crédito com as acréscimos legais.**

- I - com imposição da penalidade cabível, nos casos de dolo, fraude ou simulação do benefício, ou de terceiro em benefício daquele;**
- II - com imposição de penalidades, nos demais casos.**

**Parágrafo 1º - No caso do inciso I deste artigo, o tempo decorrido entre a concessão da moratória e sua revogação não se computa para efeito de prescrição do direito à cobrança do crédito.**

**Parágrafo 2º - No caso do inciso II deste artigo, a revogação só pode ocorrer antes do prescrito o referido direito.**

**Subseção XII**

**Do Depósito**

**Artigo 64 -** O sujeito passivo poderá efetuar o depósito do montante integral da obrigação tributária:

- I - quando preferir o depósito à consignação judicial do artigo 63 deste código;
- II - para atribuir efeito suspensivo:
  - a) à consulta formulada na forma dos artigos 10 e 11 deste código;
  - b) à reclamação e à impugnação referentes à contribuição de melhoria;
  - c) a qualquer outro ato por ele impetrado, administrativo ou judicialmente, visando à modificação, extinção ou exclusão, total ou parcial, da obrigação tributária.

**Artigo 65 -** A legislação tributária poderá estabelecer hipóteses de obrigatoriedade de depósito prévio:

- I - para garantia de instância, na forma prevista nas Normas Processuais deste Código (Livro Primeiro - Título II);
- II - como garantia a ser oferecida pelo sujeito passivo, nos casos de compensação;
- III - como concessão por parte do sujeito passivo, nos casos de transação;
- IV - em quaisquer outras circunstâncias nas quais se fizer necessário resguardar os interesses do fisco.

**Artigo 66 -** A importância a ser depositada, corresponderá ao valor integral do crédito tributário, apurado:

- I - pelo fisco, nos casos de:
  - a) lançamento direto;
  - b) lançamento por declaração;
  - c) substituição ou alteração do lançamento original, qualquer que tenha sido a sua modalidade;
  - d) aplicação de penalidades pecuniárias;
- II - pelo próprio sujeito passivo, nos casos de:
  - a) lançamento por homologação;
  - b) retificação da declaração, nos casos de lançamento por declaração, por iniciativa do próprio declarante;

c) confissão espontânea da obrigação antes do início de qualquer procedimento fiscal;

III - na decisão administrativa desfavorável, no todo ou em parte, do sujeito passivo;

IV - mediante estimativa ou arbitrariamente procedida pelo fisco, sempre que não puder ser determinada o montante integral do crédito tributário.

**Artigo 67** - Considerar-se-á suspensa a exigibilidade do crédito tributário a partir da data da efetivação do depósito na tesouraria da Prefeitura, observado o disposto no artigo seguinte.

**Artigo 68** - O depósito poderá ser efetuado nas seguintes modalidades:

I - em moeda corrente no país;

II - por cheques;

III - por vale postal.

**Parágrafo 1º** - O depósito efetuado por cheque somente suspende a exigibilidade do crédito tributário, com o resgate deste pelo sacado.

**Parágrafo 2º** - A legislação tributária poderá exigir, nas condições que estabelecer, que os cheques entregues para depósito, visando à suspensão da exigibilidade do crédito tributário, sejam previamente visados pelos estabelecimentos bancários sacados.

**Artigo 69** - Cabe ao sujeito passivo, por ocasião da efetivação do depósito especificar qual o crédito tributário ou a parcela do crédito tributário, quando este for exigido em prestações, abrangido pelo depósito.

**Parágrafo Único** - A efetivação do depósito não importa em suspensão da exigibilidade do crédito tributário:

I - quando parcial, das prestações vencidas em que tenha sido descomposto;

II - quando total, de outros créditos referentes ao mesmo ou a outros tributos ou penalidades pecuniárias.

#### Subseção IV

#### Da Cessação do Efeito Suspensivo

**Artigo 70** - Cessam os efeitos suspensivos relacionados com a exigibilidade do crédito tributário:



- I - pela extinção do crédito tributário, por qualquer das formas previstas no artigo 71;
- II - pela exclusão do crédito tributário, por qualquer das formas previstas no artigo 86;
- III - pela decisão administrativa desfavorável, no todo ou em parte, ao sujeito passivo;
- IV - pela concessão da medida liminar concedida em mandado de segurança.

#### Seção IV

#### Da Extinção do Crédito Tributário

##### Subseção I

##### Das Modalidades de Extinção

**Artigo 71 -** Extinção do crédito tributário:

- I - o pagamento;
- II - a compensação;
- III - a transação;
- IV - a remissão;
- V - a prescrição e a decadência;
- VI - a conversão de depósito em renda;
- VII - o pagamento antecipado e a homologação do lançamento, nos termos do disposto na legislação tributária do Município;
- VIII - a consignação em pagamento, quando julgada procedente, nos termos do disposto na legislação tributária do Município;
- IX - a decisão administrativa irrefragável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa que não mais possa ser objeto de ação anulatória;
- X - a decisão judicial passada em julgado.

##### Subseção II

##### Do Pagamento

**Artigo 72 -** O regulamento fixará as formas e os prazos para pagamento dos tributos de competência do Município e das penalidades pecuniárias aplicadas por infração à sua legislação tributária.

**Artigo 73 -** O crédito não integralmente pago no vencimento sofrerá as acréscimos estabelecidos pelo artigo 106, seja qual for o motivo determinante da falta, sem prejuízo:

- I - da imposição das penalidades cabíveis;
- II - da correção monetária do débito, na forma estabelecida neste código;
- III - da aplicação de quaisquer medidas de garantia previstas na legislação tributária do Município.

**Artigo 74** - O pagamento poderá ser efetuado por qualquer das seguintes modalidades:

- I - em moeda corrente de país;
- II - por cheque;
- III - por vale postal.

**Parágrafo 1º** - O crédito pago por cheque somente se considera extinto com o resgate deste pelo sacado.

**Parágrafo 2º** - Poderá ser exigida, nas condições estabelecidas em regulamento, que os cheques entregues para pagamento de créditos tributários sejam previamente visados pelos respectivos estabelecimentos bancários contra os quais foram emitidos.

**Artigo 75** - O pagamento de um crédito tributário não importa em presunção de pagamento:

- I - quando parcial, das prestações em que se decompõe;
- II - quando total, de outros créditos referentes ao mesmo ou outros tributos ou penalidades pecuniárias.

#### Subseção III

##### Da Compensação

**Artigo 76** - Fica o Poder Executivo autorizado, sempre que o interessado do Município o exigir, a compensar créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda Municipal.

**Parágrafo Único** - Sendo vincendo o crédito do sujeito passivo, o seu montante será apurado com redução correspondente aos acréscimos previstos em lei, pelo tempo que se correr entre a data da compensação e a do vencimento.

#### Subseção IV

##### Da Transação

**Artigo 77** - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar com o sujeito da obrigação tributária transação que, não

ante concessões mútuas, importe em prevenir ou terminar litígio e, consequentemente, em extinguir o crédito tributário a ele referente.

**Parágrafo Único** - O regulamento estipulará as condições e as garantias sob as quais se dará a transação.

#### Subseção V

##### Da Quilidade

**Artigo 78** - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder, por despacho fundamentado, remissão total ou parcial do crédito tributário, atendendo:

- I - à situação econômica do sujeito passivo;
- II - ao erro ou ignorância censuráveis do sujeito passivo, quanto a matéria de fato;
- III - à diminuta importância do crédito tributário;
- IV - as considerações de equidade, em relação às características pessoais ou materiais do caso;
- V - as condições peculiares a determinada região do território do Município.

**Parágrafo Único** - O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido, aplicando-se quando cabível, o disposto no artigo 62.

#### Subseção VI

##### Da Prescrição

**Artigo 79** - A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data de sua constituição definitiva.

**Parágrafo Único** - A prescrição se interrompe:

- I - pela citação pessoal feita ao devedor;
- II - pelo protesto judicial;
- III - por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;
- IV - por qualquer ato inequívoco, ainda que extra-judicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor;
- V - pela inscrição na dívida ativa, na forma do artigo seguinte, parágrafo terceiro da Lei Federal 6.839 de 22.09.60.

**Artigo 80** - Ocorrendo a prescrição e não tendo sido ela interrompida na forma do parágrafo único do artigo anterior, abria-se-lhe inquérito administrativo para apurar se -

-responsabilidades, na forma da lei.

**Parágrafo 1º** - Constitui falta de honra no cumprimento do dever deixar o servidor municipal prescrever créditos tributários sob sua responsabilidade.

**Parágrafo 2º** - O servidor municipal, qualquer que seja e seu cargo ou função e independentemente do vínculo, empregado ou funcional com o governo municipal, respondendo civil, criminal e administrativamente, cumprindo-lhe indenizar o Município no valor dos créditos prescritos.

#### Subseção VII

##### Da Decadência

**Artigo 81** - O direito da fazenda municipal constituir crédito tributário extingue-se em cinco anos, contados:

- I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;
- II - da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.

**Parágrafo 1º** - O direito a que se refere este artigo extingue-se definitivamente com o decurso do prazo nele previsto, contado da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário pela notificação, no seu jeito passivo, de qualquer medida preparatória, indispensável ao lançamento.

**Parágrafo 2º** - Ocorrendo a decadência, aplicam-se as normas do artigo 79 e seus parágrafos, no tocante à apuração das responsabilidades e à caracterização da falta.

#### Subseção VIII

##### Da Conversão do Depósito em Renda

**Artigo 82** - Extingue o crédito tributário a conversão em renda, do depósito em dinheiro previamente efetuado pelo sujeito passivo:

- I - para garantia de instância;
- II - em decorrência de qualquer outra exigência da legislação tributária.

**Parágrafo 1º** - Convertido o depósito em renda, o saldo porventura apurado contra ou a favor do fisco, será exigido ou restituído da seguinte forma:

I - a diferença contra a fazenda municipal será exigida através de notificação direta, publicada - ou entregue pessoalmente ao sujeito passivo, na forma e nos prazos previstos em Regulamento.

II - o saldo a favor do contribuinte será restituído de ofício, independentemente de prévio protesto, na forma estabelecida para a s restituições totais ou parciais do crédito tributário.

Parágrafo 2º - Aplica-se à conversão do depósito em renda as regras de imputação de pagamento, estabelecidas no artigo 63 deste Código.

#### Subseção IX

##### Da Homologação de Lançamento

Artigo 63 - Extingue o crédito tributário a homologação do lançamento, na forma do inciso II do artigo 33, observadas as disposições das seus parágrafos segundo, terceiro e quarto

#### Subseção X

##### Da Consignação em Pagamento

Artigo 64 - Ao sujeito passivo é facultado consignar judicialmente a importância do crédito tributário nos casos:

- I - de recusa de recebimento ou subordinação deste ao pagamento de outro tributo ou penalidade; -
- de a cumprimento da obrigação acessória;
- II - de subordinação de recebimento ao cumprimento de obrigação administrativa com fundamento legal;
- III - de exigência, por parte de uma pessoa de direito público de tributo idêntico sobre o mesmo fato gerador,

Parágrafo 1º - A consignação só pode versar sobre o crédito que o consignante se propõe a pagar.

Parágrafo 2º - Julgada precedente a consignação, o pagamento se reputa efetuado e a importância consignada é convertida em renda; julgada improcedente a consignação, no todo ou em parte, cobrar-se-á o crédito acessório de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

Parágrafo 3º - Na conversão da importância consignada em renda, aplicam-se as normas dos parágrafos 1º e 2º do art. 63.



## Subseção XI

## Das Diversas Modalidades de Extinção

**Artigo 85** - Extingue o crédito tributário a decisão administrativa ou judicial que expressamente:

- I - declare a irregularidade de sua constituição;
- II - reconheça a inexistência da obrigação que lhe deu origem;
- III - extinga o sujeito passivo do cumprimento da obrigação;
- IV - declare a incompetência do sujeito ativo para exigir o cumprimento da obrigação.

**Parágrafo 1º** - Nem sempre extingue o crédito tributário a decisão administrativa irrefragável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória, bem como a decisão judicial passada em julgado.

**Parágrafo 2º** - Enquanto não tornada definitiva a decisão administrativa ou passada em julgado a decisão judicial, continuará o sujeito passivo obrigado nos termos da legislação tributária, ressalvadas as hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito, previstas neste artigo, digo, neste código.

## Seção V

## Da Exclusão do Crédito Tributário

## Subseção I

## Das Modalidades de Exclusão

**Artigo 86** - Excluem o crédito tributário:

- I - a isenção;
- II - a anistia.

**Parágrafo Único** - A exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela dependentes.

## Subseção II

## Da Isenção

**Artigo 87** - A isenção é a dispensa do pagamento de um tributo, em virtude de disposições expressas deste código ou de lei municipal subsequente.

**Parágrafo Único** - A isenção concedida expressamente para determinado tributo, não aproveita aos demais, não sendo -

também extensiva a outras instituídas posteriormente à sua concessão.

**Artigo 68 - A isenção pode ser:**

**I - de caráter geral, concedida por lei, que pode - circunscrever expressamente a sua aplicabilidade - de a determinada região do território do Município;**

**II - de caráter individual, efetivada por despacho - da autoridade administrativa, em requerimento - no qual o interessado faça prova de preenchimento das condições e de cumprimento dos requisitos - previstos em lei ou contrato para sua concessão.**

**Parágrafo 1º - Tratando-se de tributo lançado por período certo - de tempo a despacho a que se refere o inciso II deste artigo, deverá ser renovado antes da expiração - de cada período, cessando automaticamente os seus - efeitos a partir do primeiro dia de período para o qual o interessado deixou de promover a continuidade - de reconhecimento da isenção.**

**Parágrafo 2º - O despacho a que se refere o inciso II deste artigo, bem como as renovações a que alude o parágrafo - anterior, não geram direito adquirido, aplicando-se, quando cabível, a regra do artigo 61.**

**Artigo 69 - A concessão de isenção por leis especiais apoiar-se-á sempre em fortes razões de ordem pública ou de interesse do Município e não poderá ter caráter pessoal.**

**Parágrafo Único - Entende-se como favor pessoal, não permitida a concessão em lei, de isenções de tributos a determinada pessoa física ou jurídica.**

### Subseção III

#### Da Anistia

**Artigo 90 - A anistia, assim entendida o perdão das infrações - cometidas e conseqüente dispensa de pagamento das penalidades pecuniárias a elas relativas, abrange - exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que conceder, não se aplicando:**

**I - aos atos praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiro em benefício daquele;**

- II - nos atos qualificados como crime de sonegação fiscal, nos termos da legislação federal;
- XII - as infrações resultantes de conflito entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas.

**Artigo 91 - A lei que conceder anistia poderá fixar:**

- I - em caráter geral;
- II - limitadamente:
  - a) as infrações punidas com penalidades pecuniárias não determinadas montante, conjugadas ou não com penalidades de outra natureza;
  - b) a determinada região do território do Município, em função das condições a ela peculiares;
  - c) as infrações da legislação relativa a determinado tributo;
  - d) sob condições de pagamento do tributo no todo ou em parte, se fixado pela lei que a conceder, ou cuja fixação seja atribuída pela lei à autoridade administrativa.

**Parágrafo 1º - A anistia quando não concedida em caráter geral, é efetuada em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, em reconhecimento no qual o interessado deve fazer prova de preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei para a sua concessão.**

**Parágrafo 2º - O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido aplicando-se, quando cabível, a regra do artigo 61.**

**Artigo 92 - A concessão da anistia de uma infração por não constituir, por conseguinte, a infração anistiada não constitui antecedentes para efeito de imposição ou graduação de penalidades por outras infrações de qualquer natureza a ela subsequentes, cometidas pelo sujeito passivo beneficiado por anistia anterior.**

#### **CAPÍTULO V**

#### **DA DÍVIDA ATIVA**

**Artigo 93 - Constitui dívida ativa tributária do Município a porção de impostos, taxas, contribuições de melhoria e multas de qualquer natureza, decorrentes de quaisquer infrações à legislação tributária, regularmente inscrita na repartição administrativa competente.**

ter depois de cogitada e prazo fixado para pagamento pela legislação tributária ou por decisão final proferida em processo regular.

**Artigo 94** - A dívida ativa tributária regularmente inscrita goza de presunção de certeza e líquida e tem efeito de prova presuntiva.

**Parágrafo Único** - A presunção a que se refere este artigo é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou de terceiro que a contestar.

**Artigo 95** - O termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

- I - o nome do devedor, dos co-responsáveis e, sempre que conhecidos, o domicílio ou residência de um e de outro;
- II - o valor originário da dívida, o termo inicial e a forma de calcular os juros de mora e demais acessórios;
- III - a origem, a natureza e o fundamento legal da dívida;
- IV - a indicação, no for o caso, de estar a dívida sujeita à atualização monetária, bem como o fundamento legal e o termo inicial para cálculo;
- V - a data e o número da inscrição no registro da dívida ativa;
- VI - o número do processo administrativo ou do auto de infração se nela estiver apurada e valor da dívida.

**Parágrafo 1º** - A certidão da dívida ativa conterá, além dos elementos previstos neste artigo, a indicação de livro e da folha de inscrição.

**Parágrafo 2º** - As dívidas relativas ao mesmo devedor, desde que concorra ou conseqüente, poderão ser englobadas na mesma certidão.

**Parágrafo 3º** - Na hipótese do parágrafo anterior, a ocorrência de qualquer forma de suspensão, extinção ou extinção de crédito tributário não invalida a certidão nem prejudica os demais objetos da cobrança.

**Parágrafo 4º** - O registro da dívida ativa e a expedição das certidões poderão ser feitos, a critério da administração, através de sistemas mecânicos ou a máquina.

-digo, utilização de fichas e róis em folhas soltas, desde que atenda aos requisitos estabelecidos neste artigo.

**Artigo 96 -** A cobrança da dívida ativa tributária do Município - será procedida:

- I - por via extrajudicial; quando processada pelos órgãos administrativos competentes;
- II - por via judicial; quando processada pelos órgãos judiciais.

**Parágrafo Único -** As duas vias a que se refere este artigo são independentes uma da outra, podendo a administração, quando o interesse da fazenda assim o exigir, providenciar imediatamente a cobrança judicial da dívida, mesmo que não tenha sido iniciado o procedimento extrajudicial, ou ainda proceder simultaneamente aos dois tipos de cobrança.

#### CAPÍTULO VI DAS CERTIDÕES NEGATIVAS

**Artigo 97 -** A prova de quitação do tributo será feita por certidão negativa, expedida à vista do requerimento de interessado que contenha todas as informações exigidas pela ficha, conforme o regulamento.

**Artigo 98 -** A certidão será fornecida dentro de dez dias a contar da data da entrada do requerimento na repartição, sob pena de responsabilidade funcional.

**Parágrafo Único -** Havendo débito em aberto, a certidão será indeferida e o pedido arquivado, dentro do prazo fixado neste artigo.

**Artigo 99 -** A certidão negativa expedida sem dolo ou fraude, que contenha erro contra a fazenda municipal, responsabiliza pessoalmente o funcionário que a expedir, pelo pagamento do crédito tributário e das acréscimos legais.

**Parágrafo Único -** O disposto neste artigo não exclui a responsabilidade civil, criminal e administrativa que caber e é extensiva a quantos colaboraram, por ação ou omissão, no erro contra a fazenda municipal.

**Artigo 100 -** A venda, cessão ou transferência de qualquer estabelecimento comercial, industrial ou predial não poderá efetuar-se sem que conste do título a apresentação -

da certidão negativa de tributos municipais a que se tiverem sujeitos esses estabelecimentos, sem prejuízo da responsabilidade solidária do proprietário, condômino ou quem quer que tenha recebido em nome de rência.

**Artigo 101-** Sem prova, por certidão negativa ou por declaração de isenção ou de reconhecimento de imunidade em relação aos tributos ou a quaisquer outros bens relativos ao imóvel até a sua operação, inclusive, as escrituras, tabeliões e oficiais de registro não podem lavrar, inscrever, transcrever ou averbar quaisquer atos ou contratos relativos a imóveis.

**Parágrafo Único -** A certidão será obrigatoriamente referida nos atos e contratos de que trata este artigo.

**Artigo 102 -** A expedição da certidão negativa não impede a cobrança de débitos anteriores, posteriormente apurados.

#### CAPÍTULO VII

##### DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

**Artigo 103-** Constitui infração a ação ou omissão, voluntária ou não que importe na inobservância, por parte do sujeito passivo ou do terceiro, de normas estabelecidas na legislação tributária do município.

**Artigo 104-** Os infratores sujeitam-se às seguintes penalidades:

I - aplicação de multas;

II - sujeição a sistema especial de fiscalização;

III - proibição de transacionar com órgãos integrantes da administração direta e indireta do Município.

**Parágrafo Único -** A imposição de penalidades:

I - não inclui:

a) o pagamento do tributo;

b) a fixação de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês;

c) a correção monetária do débito;

II - não extingue o infrator:

a) do cumprimento da obrigação tributária acessória;

b) de outras sanções civis e administrativas que couberem.

**Artigo 105-** As multas cujo montante não estiverem expressamente



te fixados neste código serão graduados pela autoridade administrativa competente, observados os princípios e os demais limites fixados.

**Parágrafo Único** - Na imposição e na graduação de multa levar-se-á em conta:

- I - a menor ou maior gravidade da infração;
- II - as circunstâncias atenuantes ou agravantes;
- III - os antecedentes do infrator em relação às disposições da legislação tributária, observando o disposto no artigo 92.

**Artigo 103** - As infrações serão punidas com as seguintes multas:

- I - quando ocorrer atraso no pagamento de imposto de lançamento direto: 10% (dez por cento) ao mês, até o terceiro mês;
- II - quando ocorrer atraso no pagamento de imposto contributivo de recolhimento obrigatório por periódicos: 10% (dez por cento) ao mês, até o terceiro mês;
- III - quando se tratar de não cumprimento de obrigação tributária acessória, de qual não resulte a falta de pagamento de tributo: 10% (dez por cento) de multa, até 10 (dez) vezes o valor financeiro de referência;
- IV - quando se tratar de não cumprimento de obrigação tributária acessória de qual resulte falta de pagamento de tributo, no todo ou em parte: multa de 50% (cinquenta por cento) até 5 (cinco) vezes o valor financeiro de referência;
- V - quando ocorrer falta de pagamento ou recolhimento e menor de imposto devido, lançado por homologação:
  - a) tratando-se de simples atraso no recolhimento, estando devidamente escriturada a obrigação e o montante do tributo devido: 20% (vinte por cento) do valor do tributo devido;
- VI - b) em caso de evasão fiscal o independentemente da ação criminal que comprove multa de 2 (dois) a 5 (cinco) vezes o valor do tributo evadido.

VI - Junta de arrecadação, documentos ou informações - relativas ao lançamento de tributo, de multa e multa, na forma da competência; multa de 20% (com juros legais) do tributo devido e no máximo, 5 (cinco) vezes o valor financeiro do tributo.

Artigo 107- Para os efeitos desta seção, entende-se como arrecadação fiscal a prática, pelo sujeito passivo ou por terceiros ou beneficiários legais, de qualquer das ações definidas pela legislação federal como formas de arrecadação fiscal, a saber:

- I - prestar declaração falsa ou omitir, total ou parcialmente, informações que deveriam ser prestadas à agência de fisco, com intenção de eludir o tributo ou parcialmente, de pagamento de tributo ou de qualquer outras obrigações previstas em lei;
- II - inventariar valores incobrados ou omitir informações ou valores de qualquer natureza em documentos ou livros exigidos pela lei municipal, com a intenção de omitir-se do pagamento de tributos devidos à Fazenda Municipal;
- III - alterar faturas e quaisquer outros documentos relativos a operações mercantis, com o propósito de fraudar a Fazenda Municipal;
- IV - fornecer ou omitir documentos gerados em atividades comerciais, majorando-os com o objetivo de obter redução de tributos devidos à Fazenda Municipal.

Parágrafo Único - Agente a prática de crime de arrecadação fiscal, a Fazenda Municipal, independentemente de ação penal, interveniente as disposições e as sanções da legislação federal aplicáveis à espécie.

Artigo 108 - Independentemente dos limites estabelecidos neste artigo, as multas serão aplicadas em dobro, no caso de reincidência expressa.

Artigo 109- As multas serão cumulativas, quando resultarem concomitantemente de não cumprimento de obrigações tributárias, acessórias ou principais.

Parágrafo 1º - Agente de, no processo, o não cumprimento de uma obrigação tributária acessória pelo

-sujeito passivo, impor-se-á somente a pena relativa à infração mais grave.

**Parágrafo 2º** - Quando o sujeito passivo infringir de forma contumaz o mesmo dispositivo da legislação tributária, impor-se-á uma só multa acrescida de 50% (cinquenta por cento) desde que a continuidade não caracterize ruína financeira e de que dela não resulte falta de pagamento do tributo no todo ou em parte;

**Artigo 110-** Serão punidos com multa de 10% (dez por cento) até 10 (dez) vezes o valor financeiro de referência:

- I - o síndico, colecionador, correitor, despachante ou quem quer que facilite, proporcione ou auxiliie por qualquer forma a cobrança do tributo, no todo ou em parte;
- II - o árbitro que prejudicar a fazenda municipal, por negligência ou má fé nas avaliações;
- III - as tipografias e estabelecimentos congêneres que:
  - a) aceitarem encomendas para confecção de livros e documentos fiscais estabelecidos pelo Município, sem a competente autorização da fazenda municipal;
  - b) não mantiverem registros atualizados de encomenda, execução e entrega de livros e documentos fiscais, na forma do regulamento;
- IV - as autoridades, funcionários administrativos, e quaisquer outras pessoas, independentemente de cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão, que embargarem, ilidirem ou dificultarem a ação da fazenda municipal;
- V - os tabelães e escrivas que deixarem de cumprir as obrigações previstas neste Código;
- VI - quaisquer outras pessoas físicas ou jurídicas que infringirem dispositivos da legislação tributária do Município para os quais não tenham sido especificadas penalidades próprias.

**Artigo 111** - O valor da multa será reduzido de 50% (cinco por cento) e respectivo processo arquivado se o infrator, no prazo previsto para interposição de recurso voluntário, efetuar o pagamento do débito exigido na

Ass. M.  
*[Signature]*

95

-Seção de primeira instância.

**Artigo 112** - Considera-se ato de impugnação a graduação de penalidades, e fato de o sujeito proferir espontaneamente a repartição competente para sanar a infração à legislação tributária, antes do início de qualquer procedimento fiscal.

**Artigo 113** - As multas não pagas no prazo estipulado serão inscritas na dívida ativa, para cobrança executiva, sem prejuízo da fiança dos arrolados legais ao não da fração e da correção monetária.

**Artigo 114** - O sistema especial de fiscalização será aplicado, a critério das autoridades fiscais:

I - quando houver dívida quanto à vencimento ou a submissão dos registros referentes a operações fiscalizadas e aos tributos devidos;

II - quando o sujeito passivo reincidir em infração à legislação tributária;

III - em quaisquer outros casos, hipóteses ou circunstâncias que justifiquem a sua aplicação.

**Artigo 115** - O sistema especial a que se refere este artigo será disciplinado em Regulamento e poderá consistir, inclusive, no acompanhamento temporário das operações sujeitas ao tributo, por agentes da Fazenda Municipal.

#### CAPÍTULO VIII

#### DOS PRAZOS

**Artigo 116** - Os prazos fixados na legislação tributária do Município serão contínuos, excluindo-se na sua contagem, o dia de início e incluindo-se o de vencimento.

**Parágrafo Único** - A legislação tributária poderá fixar, no início da contagem do prazo em dias, data certa para o vencimento de tributos ou pagamentos de multas.

**Artigo 117** - Os prazos só se iniciam ou vencem no dia de expediente normal da repartição em que corre o processo ou deve ser praticado o ato.

**Parágrafo Único** - Não ocorrendo a hipótese prevista neste artigo, o início ou o fim do prazo será transferido ou prorrogado para o primeiro dia útil de expediente normal imediatamente seguinte ao anteriormente estabelecido.

## CAPÍTULO XI DA CORREÇÃO MONETÁRIA

**Artigo 118** - Os débitos fiscais decorrentes do não recolhimento na data devida, de tributos, adicionais ou penalidades, que não foram efetivamente liquidados na data em que deveriam ter sido pagos, terão o seu valor atualizado monetariamente na função das variações de poder aquisitivo da moeda nacional.

**Parágrafo Único** - O valor dos débitos a que se refere este artigo será atualizado segundo os coeficientes aplicáveis pelas repartições fiscais da União, na forma prevista na legislação federal.

**Artigo 119** - A correção monetária prevista no artigo anterior - aplicar-se-á inclusive quanto aos débitos cuja cobrança seja suspensa por medida administrativa ou judicial, salvo se o contribuinte tiver depositado em moeda a importância questionada.

**Parágrafo 1º** - No caso deste artigo, a importância do depósito - que tiver de ser devolvida, por ter sido julgada - procedente a reclamação, o recurso ou a medida judicial, será atualizada monetariamente, na forma prevista neste capítulo.

**Parágrafo 2º** - As importâncias depositadas pelos contribuintes, em garantia de instância administrativa ou judicial, serão devolvidas obrigatoriamente no prazo máximo de sessenta dias, contados da data da decisão que - houver reconhecido a improcedência total ou parcial da exigência fiscal.

**Parágrafo 3º** - Se as importâncias depositadas, na forma do parágrafo anterior, não foram devolvidas no prazo nele previsto, ficarão sujeitas à permanente correção monetária até a data da efetiva devolução, podendo - ser utilizadas pelo contribuinte como compensação, na forma do artigo 76, no pagamento de tributos devidos ao Município.

**Artigo 120** - As multas e juros de mora previstos na legislação - tributária como penalidades de débito fiscal serão calculadas sobre o respectivo montante corrigido monetariamente, nos termos deste capítulo.

**Parágrafo Único** - As multas, juros de mora e a correção monetária

podem ser aplicadas singularmente sob o título de concessões, os quais podem ser calculados por dia, conforme dispuser o regulamento.

**Artigo 121** - a correção monetária prevista neste capítulo aplica-se a quaisquer débitos tributários que deveriam ser sidos pagos antes da vigência deste código, se o devedor ou seu representante legal deixar de liquidar a obrigação no primeiro bimestre civil do exercício seguinte ao em que esta lei entrar em vigor.

**Parágrafo Único** - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder parcelamento dos débitos a que se refere este artigo, observadas as disposições deste código com relação à moratória.

**Artigo 122** - Encluem-se das disposições do artigo anterior os débitos cuja cobrança esteja suspensa, por decisão administrativa ou judicial, se o devedor ou seu representante legal já tiver depositado, em nome, a importância questionada, ou vier a fazê-lo no primeiro bimestre civil do exercício seguinte ao em que esta lei entrar em vigor.

**Artigo 123** - A correção monetária é aplicação obrigatória, não podendo ser dispensada nas hipóteses expressamente mencionadas neste capítulo.

## TÍTULO II

### LIVRO PRIMEIRO

### P A R T E G E R A L

## TÍTULO II

### DAS NORMAS PROCESSUAIS

### CAPÍTULO I

### DAS MEDIDAS PRELIMINARES

### SEÇÃO I

### Da Apreensão de Bens e Documentos

**Artigo 124** - Podem ser apreendidas as coisas móveis, inclusive mercadorias e documentos, existentes em estabelecimento comercial, industrial, agrícola ou profissional, do contribuinte, responsável ou de terceiros, ou em outros lugares ou em trânsito, que constituam prova material de infração à legislação tributária do Município.



**Parágrafo Único** - Havendo prova ou fundada suspeita de que as coisas se encontram em residência particular ou lugar utilizado como moradia serão providas a busca e apreensão judiciais, sem prejuízo das medidas necessárias para evitar a remoção clandestina por parte do infrator.

**Artigo 155** - Na apreensão lavrar-se-á auto, com os elementos do auto de infração, observando-se no que couber, o disposto no artigo 154.

**Parágrafo Único** - O auto de apreensão conterá a descrição das coisas, dos documentos apreendidos, a indicação do lugar onde ficaram depositados e a assinatura do depositário, o qual será designado pelo autuante, podendo a designação recair no próprio detentor, se for idôneo, a juízo do autuante.

**Artigo 156** - Os documentos apreendidos poderão, a requerimento do autuante, ser-lhes devolvidos, ficando no processo cópia de inteiro teor ou da parte que deve fazer prova, caso o original não seja indispensável a esse fim.

**Artigo 157** - As coisas apreendidas serão restituídas, a requerimento, mediante depósito das quantias originais, cuja importância será arbitrada pela autoridade competente, ficando retidas, até decisão final, as cópias necessárias à prova.

**Parágrafo Único** - Na relação a este artigo aplica-se, no que couber, o disposto nos artigos 158 a 161.

**Artigo 158** - Se o autuante não provar o preenchimento dos requisitos ou o cumprimento das exigências para liberação dos bens apreendidos, no prazo de sessenta dias após a apreensão, serão os bens levados a leilão público ou leilão.

**Parágrafo 1º** - Quando a apreensão recair em bens de fácil detração, estes poderão ser doados, a critério da administração, a associações de caridade e demais entidades beneficentes ou de assistência social.

**Parágrafo 2º** - Apurando-se na venda ou leilão público ou leilão, importância superior aos tributos, encargos legais e demais custos resultantes da materialidade de venda, será o autuante notificado para em prazo não inferior

na trinta dias, receber o excedente, se já não houver comparecido para fazê-lo.

## Seção II

### Da Notificação Preliminar

**Artigo 129** - Verificando-se a ausência não decorrente do pagamento do tributo, ou qualquer infração da legislação tributária da qual possa resultar evasão de receita, será expedida contra o infrator notificação preliminar para que, no prazo de dez dias, regularize a situação.

**Parágrafo Único** - Esgotada a prazo de que trata este artigo, sem que o infrator tenha regularizado a situação perante a repartição competente, lavrar-se-á o auto de infração.

**Artigo 130** - A notificação preliminar será feita em formulário - destacada do talonário próprio, no qual ficará a - seguinte, com o "ciente" do notificado, e conterá, entre outros, os seguintes elementos:

- I - nome do notificado;
- II - local, dia e hora da lavratura;
- III - descrição sumária do fato que motivou a lavratura e indicação do dispositivo legal violado quando houver;
- IV - valor do tributo e da multa devidos, se for o caso;
- V - assinatura do notificado.

**Parágrafo 1º** - A notificação preliminar será lavrada no estabelecimento ou local onde se verificar a fiscalização - ou a constatação da infração, ainda que aí não resida o fiscalizado ou infrator e poderá ser autolografada ou impressa com rubrica do palavras situadas.

**Parágrafo 2º** - Ao fiscalizado ou infrator dar-se-á cópia da notificação, autenticada pela autoridade, contra recibo no original.

**Parágrafo 3º** - A recusa de recibo, que será declarada pela autoridade, não aproveita ao fiscalizado ou infrator, nem o prejudica.

**Parágrafo 4º** - O disposto no parágrafo anterior é aplicável, aos fiscalizados ou infratores:

- I - analfabetos ou impossibilitados de assinar notificações;
- II - aos incapazes, tal como definidos na lei civil;
- III - aos responsáveis por negócios ou atividades - não regularmente constituídos.

Parágrafo 3º - Na hipótese do parágrafo anterior, a autoridade - declarará essa circunstância na notificação.

Parágrafo 4º - A notificação preliminar não comporta reclamação, recurso ou defesa.

Artigo 131 - Considera-se cumprimento do débito fiscal e contá - buante que pagar tributo mediante notificação preli - minar.

Artigo 132 - Não caberá notificação preliminar, devendo o contrib - uinte ser imediatamente autuado:

- I - quando for encontrado no exercício da atividade - de tributável sem prévia inscrição;
- II - quando houver prova de tentativa de eximir-se ou furtar-se ao pagamento do tributo;
- III - quando for manifesto o dano ao erário;
- IV - quando incidir ou nova falta de que poderia - resultar evasão de receita, antes da decorren - ça de um ano, contado da última notificação preli - minar.

Artigo 133 - Qualquer pessoa pode representar contra toda ação - ou omissão contrária às disposições da legislação tributária do Município.

Artigo 134 - A representação far-se-á por escrito e conterá, além da assinatura do autor, ou seu nome, a profissão e endereço; será acompanhada de provas ou indícios ou elementos de fato e mencionará os meios ou as circunstâncias em razão dos quais se tornou conhecida a infração.

Artigo 135 - Recebida a representação, a autoridade competente - providenciará imediatamente as diligências para veri - ficar a respectiva veracidade, conforme ocorrer, noti - ficará preliminarmente o infrator, autuando-o ou eq - uivando a representação.

CAPÍTULO II  
DOS ATO INICIAIS

## Seção I

### Do Auto de Infração

**Artigo 136** - O auto de infração, lavrado com precisão e clareza, com enunciação, acentuada em recursos, deverá:

- I - mencionar o local, dia e hora da lavratura;
- II - referir-se ao nome do infrator e dos testemunhas, se houver;
- III - descrever sumariamente o fato que constitui a infração e as circunstâncias pertinentes, indicar o dispositivo da legislação tributária municipal violado e fazer referência ao tombo de fiscalização em que se comissou a infração, quando for o caso;
- IV - conter a intimação ao infrator para pagar os tributos e multas devidos ou apresentar defesa e provas nos prazos previstos.

**Parágrafo 1º** - As omissões ou incorreções do auto não corruptas a nulidade quando do processo constarem elementos suficientes para a determinação da infração e do infrator.

**Parágrafo 2º** - a assinatura do autuado não constitui formalidade essencial à validade do auto e não implica em confissão, nem a recusa agravará a pena.

**Parágrafo 3º** - Se o infrator, ou quem o representar, não pagar ou não quiser assinar o auto, far-se-á menção expressa dessa circunstância.

**Artigo 137** - O auto de infração poderá ser lavrado cumulativamente com o de apuração, e então conterá, também os elementos deste, conforme relacionado no parágrafo único do artigo 133.

**Artigo 138** - Na lavratura do auto será intimado o infrator:

- I - pessoalmente, sempre que possível, mediante entrega de cópia do auto ao autuado, com se apresentando ou preposto, contra recibo datado no original;
- II - por carta, acompanhada de cópia do auto, com aviso de recebimento (AR), datado e assinado pelo destinatário ou por alguém de seu domicílio;
- III - por edital na imprensa oficial ou em órgão de

-circulação local, em prazo não inferior a trinta dias, se o autor não preferir que seja tirada pessoalmente ou por via postal.

**Artigo 139 - A intimação produz-se pelos:**

- I - quando pessoal, na data de recibo;
- II - quando por carta, na data de recibo de volta e, se for esta enviada, quinze dias após a entrega da carta ao correio;
- III - quando por edital, no tempo de prazo, contado a partir da data de publicação.

**Artigo 140 - As intimações subseqüentes à inicial far-se-ão pessoalmente, caso em que serão certificadas no processo, e por carta ou edital conforme as circunstâncias, e observada a disposição nos artigos 135 e 136.**

#### **Seção II**

**Da Reclamação contra o Lançamento**

**Artigo 141 - O contribuinte que não contestar em o lançamento poderá recorrer no prazo de vinte dias, contado na forma prevista para as intimações, no artigo 136.**

**Artigo 142 - A reclamação contra o lançamento far-se-á por petição, facultada a juntada de documentos.**

**Artigo 143 - A reclamação contra o lançamento terá efeito suspensivo na cobrança dos tributos lançados.**

#### **Seção III**

**Da Defesa**

**Artigo 144 - O autuado apresentará defesa no prazo máximo de vinte dias contados da intimação.**

**Artigo 145 - A defesa do autuado será apresentada por petição à repartição por onde correu o processo, mediante o respectivo protocolo.**

**Parágrafo Único - Apresentada a defesa, o autuado terá o prazo de dez dias para impugná-la, o que fará na forma do artigo seguinte.**

**Artigo 146 - Na defesa, o autuado alegará toda a matéria que fundamentar o seu direito, indicando e comprovando os fatos que pretenda produzir, juntará logo as que possuir e, caso de o caso, arrolará testemunhas, até o máximo de três.**

**Artigo 147 - Nos processos iniciados mediante reclamação contra-**

e lançamento, será dada vista a funcionários da repartição lançadora, a fim de informá-lo, no prazo de dez dias, contados da data em que receber a proposta.

### CAPÍTULO XII

#### DAS PROVAS

- Artigo 148** - Fim do prazo a que se referem os artigos 144 e 145, o dirigente da repartição fiscal responsável pelo lançamento deferirá, no prazo de dez dias, a produção das provas que não sejam manifestamente inúteis ou protelatórias, ordenará a produção de outras que entender necessárias e fixará o prazo, não superior a trinta dias, em que uma e outras devam ser produzidas.
- Artigo 149** - As perícias requeridas competirão ao perito designado pela autoridade competente, na forma do artigo anterior; quando requeridas pelo atuante ou, nos reclamos contra o lançamento, pelo funcionário da fazenda ou ainda quando ordenadas de ofício, poderão ser atribuídas a agentes de fisco.
- Artigo 150** - Ao atuante e ao atuante será permitido, sucessivamente, reinterrogar os testemunhas; do mesmo modo, ao reclamante e ao responsável pelo lançamento, nos alegações contra o lançamento.
- Artigo 151** - O atuante e o reclamante poderão participar das diligências pessoalmente, ou através de seus prepostos ou representantes legais, e as alegações que fizerem serão juntadas ao processo ou constarão do termo de diligência, para serem apreciadas no julgamento.
- Artigo 152** - Não se admitirá prova fundada em exame de livros ou arquivos das repartições da fazenda municipal, ou em depoimento pessoal de seus representantes ou auxiliares.

### CAPÍTULO IV

#### DA RECURSO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA

- Artigo 153** - Fim do prazo para a produção de provas, ou perempção e direito de apresentar a defesa, o processo será provido a autoridade julgadora, que preferirá



a decisão, no prazo de três dias.

**Parágrafo 1º** - Se entender necessário, a autoridade poderá, no prazo deste artigo, a requerimento da parte ou de ofício, dar vista, sucessivamente, ao acusado e ao advogado ou ao representante e ao responsável pela defesa, por cinco dias a cada um, para as alegações finais.

**Parágrafo 2º** - Verificada a hipótese do parágrafo anterior, a autoridade terá novo prazo de três dias, para proferir a decisão.

**Parágrafo 3º** - A autoridade não fica restrita às alegações das partes, devendo julgar de acordo com a sua consciência, em face das provas produzidas no processo.

**Parágrafo 4º** - Se não se considerar habilitado a decidir, a autoridade poderá converter o processo em diligência e determinar a produção de novas provas, observada e disposto no Capítulo XIX deste título, e processando-se na forma deste capítulo, na parte aplicável.

**Artigo 154** - A decisão, redigida com simplicidade e clareza, será ocluída pela procedência ou improcedência de uma ou de várias reclamações contra lançamento, definidas expressamente os seus efeitos para o presente caso.

**Artigo 155** - Não sendo proferida decisão, no prazo legal, nem convertida julgamento em diligência, poderá a parte interpor recurso voluntário, como se fora julgado precedente e ante de infração ou improcedente a reclamação contra o lançamento, convertendo, com a interposição do recurso, a jurisdição da autoridade de primeira instância.

#### **CAPÍTULO V**

#### **DO RECURSO**

#### **Seção I**

#### **Do Recurso Voluntário**

**Artigo 156** - Na decisão de primeira instância contrária, no todo ou em parte, ao constituinte caberá recurso voluntário para o Prefeito com efeito suspensivo, interposto no prazo de vinte dias, contados da ciência da decisão.

Parágrafo Único - A ordem de decisão aplica-se ao devedor e ao  
pessoas dos artigos 139 e 140.

Artigo 137 - É vedado pagar ou dar em pagamento qualquer  
valor a não de um devedor, ainda que venha sobre o  
nome devedor e alienado e nome contribuinte, sal-  
vo quando preferir ao nome próprio fiscal.

## Seção II

### Da Garantia da Instância

Artigo 138 - Nenhum valor voluntário será encaminhado ao Fisco -  
feito sem prévia depósito em dinheiro das quantias  
exigidas, ficando extinto o direito de recuperação -  
que não extinta o depósito no prazo e na forma pre-  
vista nesta Seção.

Artigo 139 - Quando a importância total ou litígio exceder o va-  
lor financeiro de referência, permitir-se-á a pro-  
teção de fiança.

Parágrafo 1º - A fiança prestar-se-á por tempo, mediante indica-  
ção de fidejussor idoneo, a juízo de administração, ou  
pela compra de títulos da dívida pública do União,  
Estados ou dos Municípios.

Parágrafo 2º - A fiança, quando for o caso, dar-se-á no valor -  
dos tributos, multas e outras obrigações exigidas e  
pela compra dos títulos no mercado, devendo o re-  
querente designar ao Fisco o valor que se obriga a  
efetuar o pagamento de vencimentos da dívida no  
prazo de oito dias, contados da notificação, ou o  
produto da venda dos títulos não for suficiente para  
a liquidação do débito.

Artigo 140 - No requerimento de que se indique o fidejussor, deverá  
este manifestar sua expressão aquiescência, bem como  
de seu cônjuge, conforme o regime aplicável aos bens  
do casal, sob pena de ineficácia.

Parágrafo Único - O requerimento a que se refere este artigo -  
comprido no exigências não mencionadas, ficará -  
anulado se processado.

Artigo 141 - Se a autoridade julgadora de primeira instância -  
extinta o fidejussor, nomear-lhe-á prazo de oito dias para  
restituir o respectivo termo.

Parágrafo 1º - Se o fidejussor não comparecer no prazo marcado ou se

-for julgada inicial, poderá o recorrente, depois de intimado e dentro do prazo igual ao que restava quando do protocolado o requerimento de prestação de fiança, oferecer outro fiador, indicando os elementos comprovadores da idoneidade do mesmo.

**Parágrafo 2º** - Não se admitirá como fiador, sócio solidário da firma recorrente nem qualquer outra pessoa em débito com a Fazenda Municipal, pela que ao requerimento de fiança, deverá ser juntada certidão negativa de fiador proposto.

**Artigo 162** - Recebidas as fianças, será o recorrente intimado a efetuar o depósito, dentro de cinco dias, ou em prazo igual ao que lhe restava quando protocolado o segundo requerimento de prestação de fiança, se este prazo for maior.

**Artigo 163** - Se ocorrendo a hipótese de prestação de fiança, o depósito deverá ser feito no prazo de dois dias, a contar da data em que o recurso for entrada no prot. dele.

**Artigo 164** - Após protocolado, o recurso será encaminhado à autoridade julgadora de primeira instância, que aguardará o depósito da quantia exigida ou a apresentação do fiador, conforme o caso.

**Artigo 165** - Efetuado o depósito ou prestada a fiança, a autoridade julgadora de primeira instância verificará se foram reunidos os recursos fatos ou elementos novos, não constantes da defesa ou da reclamação que lhe deu origem.

**Artigo 166** - Os fatos porventura reunidos ao recurso serão encaminhados pela autoridade julgadora de primeira instância, antes do encaminhamento do processo ao Prefeito.

**Parágrafo Único** - Na hipótese alguma a autoridade referida neste artigo, modificar, diga, poderá modificar o seu julgamento, mas poderá, face aos novos elementos de processo justificar o seu procedimento anterior.

**Artigo 167** - O recurso deverá ser remetido ao Prefeito no prazo máximo de dois dias, a contar da data do depósito ou da prestação de fiança conforme o caso, independentemente da apresentação ou não de fatos ou elementos

-mover que possam levar a autoridade julgadora de primeira instância a proceder na forma do artigo anterior e seu parágrafo único.

### Seção III

#### Do Recurso de Ofício

**Artigo 168** - Das decisões da primeira instância contrárias, em todo ou em parte, à vontade municipal, instaurado - por classificação da instrução, será interposto - recurso de ofício, com efeito suspensivo sempre que a importância do litígio exceder o valor financeiro da referência.

**Parágrafo Único** - Se a autoridade julgadora deixar de recorrer - de ofício no caso previsto neste artigo, sempre que ocorrer iniciador de processo, ou a qualquer outro que de fato tenha conhecimento, interpor o recurso, em petição encaminhada por intermédio daquela autoridade.

**Artigo 169** - Subindo o processo em grau de recurso voluntário, o sendo também o caso de recurso de ofício, não interposto, o processo deverá encaminhado para o órgão, como se tivesse havido tal recurso.

### CAPÍTULO VI

#### DA EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES FISCAIS

**Artigo 170** - As decisões fiscais definitivas serão executadas:

- I** - pela notificação do sujeito passivo e, quando for o caso, também do seu fiador, para, no prazo de dois dias, satisfazer os pagamentos de valor da condenação;
- II** - pela notificação do sujeito passivo para pagar, por importância individualmente recolhida como tributo ou multa;
- III** - pela notificação do sujeito passivo para pagar, logo, logo, receber, ou, quando for o caso, - pagar, no prazo de dois dias, a diferença entre:
  - a) o valor da condenação e a importância já paga ou em garantia de instâncias;
  - b) o valor da condenação e o produto de venda dos títulos cancelados, quando não satisfeito o pagamento no prazo legal;

- IV - pela liberação dos bens, mercadorias ou documentos apreendidos ou depositados, ou pela restituição do produto de sua venda, se tiver havido alienação ou de seu valor de mercado, se houver ocorrência de tal;
- V - pela imediata inscrição, na dívida ativa, e remessa da certidão para cobrança executiva dos débitos a que se referem as incisos I e II deste artigo, se não tiverem sido pagos no prazo estabelecido.

**Artigo 171** - A venda de títulos da dívida pública adidos em câmbio não se realizará antes da entrega, dedução ou depósito legal de venda, inclusive os taxes oficiais de corretagem; proceder-se-á em tudo que couber, na forma do inciso III, alínea "b", do artigo 170 e do parágrafo segundo do artigo 170.

#### TÍTULO III

#### RIBEIRÃO PRETO

#### PARTIDA GERAL

#### TÍTULO III

#### DO CADASTRO FISCAL

#### PARÁGRAFO ÚNICO

#### DO CADASTRO FISCAL DO MUNICÍPIO

**Artigo 172** - O cadastro fiscal do Município será mantido de forma a possibilitar:

- I - o controle de todas as atividades tributárias de competência do Município;
- II - a coleta de dados e informações sobre situações e atividades econômicas e financeiras - em geral, que tenham sede ou local de realização e território do Município, e cuja obtenção seja considerada necessária ao fisco, tanto para fins estatísticos como para os de outras naturezas.

**Parágrafo único** - Ficam obrigados a prestar declaração de cada um, todos aqueles que vierem a ser notificados, ou comunicados, pelo Município, para esse fim.

**Artigo 173** - Todos aqueles que adquirirem bens, direitos ou negócios cuja transmissão constitua ou possa constituir fato gerador de tributos municipais, nome -

que imóveis ou móveis, são obrigados a apresentar o seu título à repartição fiscalizadora dos tributos dentro de prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data em que for efetuada a transferência, ou a aquisição, a qualquer título do bem ou direito.

**Parágrafo Único** - O regulamento estabelecerá os procedimentos para inscrição no Cadastro Fiscal, bem como para as alterações ou atualizações de dados das inscrições existentes.

**Artigo 174** - A implantação, adaptação, atualização e revisão do cadastro corporativizado na forma e nos prazos fixados por ato do executivo.

**Artigo 175** - Constitui órgão de arrecadação fiscal, nos termos do artigo primeiro, inciso X da Lei Nacional nº 4.728, de 14.07.65, e suas alterações posteriores ou legislação substitutiva, a declaração de dados impositivos para o Cadastro Fiscal do Município.

## **LIVRO SEGUNDO**

### **PARTES ESPECIAIS**

#### **TÍTULO I**

#### **DO SISTEMA TRIBUTÁRIO**

#### **CAPÍTULO ÚNICO**

#### **DA DUTIDORA**

**Artigo 176** - Integra o sistema tributário do Município:

#### **I - Impostos sobre:**

- a) Propriedade Predial e Territorial Urbana;
- b) Transmissão "Inter vivos" de bens imóveis;
- c) Venda e Varejo de combustíveis líquidos e gases;
- d) Serviços de Qualquer Natureza;

#### **II - Taxas de:**

- a) Licença;
- b) Serviços Urbanos;
- c) Conservação de Estradas;

#### **III - Contribuição de Melhoria.**

## **TÍTULO II**

### **Livro Segundo**

### **PARTES ESPECIAIS**

**TÍTULO IX**  
**DOS IMPOSTOS**  
**CAPÍTULO I**

**DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PRECIAL E TERRITORIAL URBANA**

**Seção I**

**Da Incidência e dos Contribuintes**

**Artigo 177** - O imposto sobre a propriedade precial e territorial urbana, tem como fato gerador a propriedade, do domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou acessão física, como definida na lei civil, localizada na área urbana do Município.

**Artigo 178** - O contribuinte do imposto é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título.

**Parágrafo Único** - Responderá solidariamente pelo pagamento do imposto o titular do domínio pleno, o justo possuidor o titular do direito de usufruto, uso ou habitação, os prestatários compradores iniciados na posse, os cessionários, os prestatários cessionários, os possuídos, os comodatários e os ocupantes a qualquer título do imóvel, ainda que pertencente a qualquer pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado isenta de pagamento ou a ele isenta.

**Artigo 179** - O imposto é anual, e na forma da lei civil, se transmite aos adquirentes, salvo se constar da escritura certidão negativa de débitos fiscais.

**Seção II**

**Do Cadastro Imobiliário Fiscal**

**Artigo 180** - Os terrenos edificados ou não, em construção, em ruínas ou em demolição, que satisficam a quaisquer das condições previstas no artigo 177, inclusive os que venham a surgir por desmembramento ou remembramento dos atuais, serão inscritos no cadastro imobiliário fiscal, ainda que seus titulares não estejam sujeitos ao pagamento do imposto.

**Artigo 181** - A inscrição no cadastro imobiliário fiscal será promovida pelo contribuinte ou responsável, na forma e nos prazos estabelecidos no regulamento.



**Parágrafo Único** - As declarações prestadas pelo contribuinte, no ato da inscrição ou atualização das áreas cadastradas, não implicam na sua aceitação pelo fisco, que poderá revê-las a qualquer época, independentemente de prévia ressalva ou comunicação.

**Artigo 182** - A inscrição, alteração ou retificação de áreas não exime o infrator das multas que couberem.

**Artigo 183** - A Prefeitura diligenciará no sentido de que até o décimo dia de cada mês, os servidores da justiça remetam para o cadastro extratos ou comunicações referentes a imóveis, inclusive escrituras de compra e venda, anticreche, hipoteca, arrendamento ou locação, bem como das averbações, inscrições ou matrículas realizadas no mês anterior.

**Parágrafo Único** - O regulamento fixará a forma e as características dos extratos e comunicações, sendo facultado ao servidor, se assim o preferir, enviar à repartição fiscal uma das vias do documento original.

### **Seção III**

#### **Do Cálculo do Imposto**

**Artigo 184** - Na forma do artigo 177:

- I** - O imposto territorial urbano incide sobre os terrenos não construídos. Entendem-se como não construídos os terrenos:
  - a) em que não exista edificação que possa servir para habitação ou para o exercício de quaisquer atividades;
  - b) em que houver obra em andamento ou parcialmente edificadas, edificações em ruínas ou em decadência;
  - c) em que deduzidas as servidões laterais à parte edificada haja sobre, com frente e no alinhamento para a via pública, de maneira que possibilite outras edificações, assim definidas por regulamento do executivo;
  - d) em que haja construções recuadas do alinhamento da via pública, desde que nessas áreas possam ser construídas edificações;
- II** - o imposto predial urbano incide sobre o imóvel onde tenham sido construídas edificações par-

amentos, que sirvam para habitação ou para o exercício de quaisquer atividades, seja qual for sua forma ou destino.

**Artigo 185** - O imposto predial e territorial urbano será calculado mediante a aplicação, sobre o valor venal dos imóveis respectivos, das alíquotas estabelecidas na tabela I que integra este código.

**Parágrafo 1º** - Considera-se valor venal do imóvel, para fins previstos neste artigo:

I - nos casos de terrenos não edificados, o valor da terra nua;

II - nos demais casos o valor do imóvel edificado.

**Parágrafo 2º** - As alíquotas estabelecidas na tabela I de que trata este artigo, terão progressividade aritmética, a qual será aplicada, de acordo com o regulamento, nos seguintes casos:

I - imóveis vagos situados em locais dotados de um ou mais dos seguintes equipamentos urbanos: pavimentação, guia e sarjeta, rede de água, rede de esgoto, energia elétrica, iluminação pública e galerias;

II - imóveis edificados em desacordo com as condições de ocupação do solo e normas construtivas locais;

III - imóveis edificados ou não, desprovidos de fecho e ou passeio e situados em logradouros com pelo menos um dos equipamentos urbanos, citados no inciso I.

**Parágrafo 3º** - A progressividade aritmética de que trata o parágrafo anterior, será calculada da seguinte forma: a alíquota progressiva anual é igual à alíquota normal do tributo, multiplicada pelo número de anos em que o imóvel permanecer em desacordo com a exigência do regulamento.

**Artigo 186** - Para fins de lançamento do imposto predial e territorial urbano, a administração tributária do Município manterá permanentemente atualizados os valores venais dos imóveis, utilizando, entre outras, as seguintes fontes, em conjunto ou separadamente:

I - declaração fornecida obrigatoriamente pelos

**Contribuintes;**

**II -** informações sobre o valor dos bens imóveis de propriedade de terceiros, obtidas na forma prevista no Código Tributário Nacional;

**III -** permuta de informações fiscais com a administração tributária do Estado, da União ou de outros Municípios da mesma região geo-econômica;

**IV -** censais estudos, pesquisas e investigações conduzidas pela administração municipal, diretamente ou através de comissões especiais, com base nos dados do mercado imobiliário local;

**Seção IV**

**Do Lançamento**

**Artigo 187 -** o lançamento será feito à vista dos elementos constantes do cadastro imobiliário fiscal, quer declarados pelo contribuinte, quer apurados pelo fisco.

**Artigo 188 -** Na hipótese de condomínio, o imposto será lançado em nome de um, de alguns ou todos os condôminos; em caso contrário, porém, de condomínio cujas unidades, nos termos da lei civil, constituam unidades autônomas, o imposto será lançado individualmente em nome de cada um dos respectivos titulares.

**Parágrafo Único -** O imposto que gravar imóvel em processo de inventário será lançado em nome do espólio; julgado a partilha, far-se-á o lançamento em nome do adquirente.

**Artigo 189 -** Far-se-á o lançamento anualmente, exigido o imposto de uma só vez ou em parcelas corrigíveis, conforme o disposto no regulamento.

**Artigo 190 -** A qualquer tempo poderão ser efetuados lançamentos emitidos por quaisquer circunstâncias nas épocas próprias, promovidos lançamentos aditivos, retificadores das falhas dos lançamentos existentes, bem como feitos lançamentos substitutivos.

**Parágrafo Único -** Os lançamentos relativos a exercícios anteriores serão feitos de conformidade com os valores e disposições legais das épocas a que os mesmos se referirem, ressalvadas as disposições expressas neste código.

**Seção V**

**Da Isenção e Isenções**

**Artigo 191** - É vedado o lançamento de imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana sobre:

- I - imóveis de propriedade da União, Estado e Município;
- II - templos de qualquer culto;
- III - imóveis de propriedade de partidos políticos;
- IV - imóveis de propriedade de instituições de educação e de assistência social, observados os requisitos do parágrafo quarto deste artigo.

**Parágrafo 1º** - O disposto no inciso I deste artigo é extensivo às entarquias, no que se refere aos imóveis efetivamente vinculados às suas finalidades essenciais ou dela decorrentes, mas não exonera o possuidor comprador da obrigação de pagar o imposto que incidir sobre o imóvel objeto da promessa de compra e venda.

**Parágrafo 2º** - O disposto no inciso I deste artigo não se aplica nos casos de arrendamento ou aforamento, devendo o imposto, nesse caso, ser lançado em nome do titular do domínio útil.

**Parágrafo 3º** - O disposto no inciso II deste artigo aplica-se a todo e qualquer imóvel em que se pratique, permanentemente, qualquer atividade que, pelas suas características, possa ser qualificada como culto, independentemente de já processada, desde que sejam observadas as seguintes condições:

- I - não se trate de imóvel locado de terceiros;
- II - a imunidade se restringe ao local do culto, não se estendendo a outros imóveis, de propriedade, uso ou posse da entidade religiosa e que não satisfaçam as condições estabelecidas neste artigo.

**Parágrafo 4º** - O disposto no inciso IV deste artigo é subentendido à observância dos seguintes requisitos pelas entidades nele referidas:

- I - não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no seu resultado;
- II - aplicarem integralmente no país os seus recursos, na manutenção dos seus objetivos institucionais;

vis. 22.

Artigo 191 - III - manterem a escrituração de seus receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar a sua exatidão.

Artigo 192 - Os benefícios estabelecidos nesta seção serão suspensos a qualquer momento, desde que comprovado o não atendimento de suas exigências.

Artigo 193 - Ficam isentos dos impostos urbanos os prédios ou unidades autônomas sediadas em sua totalidade e gratuitamente para uso de órgãos governamentais.

Artigo 194 - Mediante decreto, o Executivo regulamentará e disporá nesta seção, dispondo, ainda, sobre formas e prazos.

## CAPÍTULO II

### DO IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "INTER-VIVOS" DE BENS IMÓVEIS

#### Seção I

#### Do Fato Gerador e da Incidência

Artigo 195 - O imposto sobre transmissão de bens imóveis, no que se refere ao oneroso "inter-vivos", tem como fato gerador:

I - a transmissão, a qualquer título, de propriedade ou de domínio útil de bens imóveis por natureza ou acessão física, conforme definido no Código Civil;

II - a transmissão, a qualquer título, de direitos reais sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantia;

III - a cessão de direitos relativos às transmissões referidas nos incisos anteriores.

Artigo 196 - A incidência do imposto abrange as seguintes situações patrimoniais:

I - compra e venda pura ou condicional e atos equivalentes;

II - doação em pagamento;

III - permuta;

IV - arrematação ou adjudicação em leilão, hasta pública ou praça;

V - incorporação ao patrimônio de pessoas jurídicas, ressalvadas as cases previstas nos incisos III e IV do artigo 195;

VI - transferência do patrimônio de pessoas jurídicas.

-para e de qualquer um de seus sócios, associados -  
ou respectivos sucessores;

VII-terras ou repetições que ocorram:

- a) nas partilhas efetuadas em virtude da dissolução -  
ção da sociedade conjugal ou morte quando o leg  
jugo ou herdeiros receber, das imóveis situadas  
no Município, quota parte cujo valor seja maior  
do que o da parcela que lhe caberia na totalidade  
de bens imóveis;
- b) nas divisões para extinção de condomínio de im  
vel, quando for recebida por qualquer condômino  
quota parte material cujo valor seja maior do q  
que o de sua quota parte ideal;

VIII-mandato de compra própria e seus subsubstituições -  
tes, quando o instrumento contiver as seguintes  
condições à compra e venda;

IX -instituição de fiduciária;

X - usufruto e subusufruto;

XI - vendas expressemente constituídas sobre imóvel;

XII - concessão real de uso;

XIII - concessão de direitos de usufruto;

XIV - concessão de direitos de uso e habitação;

XV - concessão de direitos de arrendamento, alug., de ar  
rendamento ou adjudicação, depois de assinado o me  
to de arrendamento ou adjudicação;

XVI - concessão de promessa de venda ou compra de promessa  
de compra;

XVII - concessão fiscal, quando houver pagamento de indeniza  
ções;

XVIII - concessão de direitos sobre promessa de bens imóveis;

XIX - qualquer ato judicial ou extra judicial "inter-/  
vivos" não especificado neste artigo que importe  
em se transferir ou transmitir, a título oneroso,  
de bens imóveis por natureza ou concessão fiscal,  
ou de direitos reais sobre imóveis, oneroso ou de  
gratificação;

XX - concessão de direitos relativos aos atos mencionados  
no inciso anterior;

Parágrafo 1º - São devidas nove impoções;

- I - quando o vendedor exercer o direito de preferência;
- II - no caso de melhor comprador;
- III - na retrocessão;
- IV - na retrovenda.

**Parágrafo 2º** - Equiparam-se ao contrato de compra e venda, para efeitos fiscais:

- I - a permuta de bens imóveis por bens de outra natureza;
- II - a permuta de bens imóveis por outros quaisquer bens situados fora do território do Município;
- III - a transação em que haja concessão de direito que implique transmissão de imóvel ou de direito a ele relativo.

#### **Seção II**

##### **Do Contribuinte e do Responsável**

**Artigo 197** - O imposto é devido pelo adquirente ou especulador do bem imóvel ou do direito a ele relativo.

**Artigo 198** - Nas transmissões que se efetuarem com o pagamento do imposto devido, ficam solidariamente responsáveis, por esse pagamento, o transmitente e o adquirente, sendo no o caso.

#### **Seção III**

##### **Da Base do Cálculo**

**Artigo 199** - A base de cálculo do imposto é o valor praticado no negócio jurídico ou o valor venal atribuído ao imóvel ou ao direito transmitido, periodicamente atualizado pela Prefeitura, se este for maior.

**Parágrafo 1º** - Na arrematação ou leilão e na adjudicação de bens imóveis, a base de cálculo será o valor estabelecido pela avaliação judicial ou administrativa, ou o preço pago, se este for maior.

**Parágrafo 2º** - Nas vendas ou aquisições a base de cálculo será o valor da fração ideal.

**Parágrafo 3º** - Na instituição de fiduciária, a base de cálculo será o valor do negócio jurídico ou 75% do valor venal do bem imóvel ou do direito transmitido, se maior.

**Parágrafo 4º** - Nas vendas expressamente constituídas sobre imóvel, a base de cálculo será o valor do negócio ou 75% do valor venal do bem imóvel, se maior.



- Parágrafo 3º** - Na concessão real de uso, a base de cálculo será o valor de negócio jurídico ou 40% do valor venal de bem imóvel, se maior.
- Parágrafo 4º** - No caso de concessão de direitos de usufruto, a base de cálculo será o valor de negócio jurídico ou 70% do valor venal de bem imóvel, se maior.
- Parágrafo 5º** - No caso de concessão fidei, a base de cálculo será o valor de indenização ou o valor venal da função ou concessão transmitida, se maior.
- Parágrafo 6º** - A impugnação de valor fixado como base de cálculo de imposto será encaminhada à repartição municipal que efetuar o cálculo, acompanhada de laudo técnico de avaliação de imóvel ou direito transmitido.

#### Seção IV

#### Do Alíquotas

**Artigo 200** - O imposto será calculado aplicando-se sobre o valor estabelecido como base de cálculo as seguintes alíquotas:

- I** - nas transmissões e concessões por intermédio do Sistema Financeiro de Habitação-SFH:
  - a) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor efetivamente financiado;
  - b) 2% (dois por cento) sobre o valor presente.
- II** - nas demais transmissões e concessões: 2% (dois por cento).

#### Seção V

#### Do Pagamento

**Artigo 201** - O imposto será pago:

- I** - até a data da lavatura do instrumento que servir de base à transmissão, quando realizada no Município;
- II** - no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da lavatura do instrumento referido no inciso I, quando realizada fora do Município;
- III** - no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de trânsito em julgado da decisão, se o título de transmissão for sentença judicial.

**Artigo 202** - Nos processos ou negociações de compra e venda, é facultado efetuar-se o pagamento do imposto a qual-

-quer tempo desde que dentro do prazo fixado para o pagamento do preço do imóvel.

**Artigo 203 -** O imposto, uma vez pago, só será restituído nos casos de:

- I - anulação da transmissão decretada pela autoridade judiciária, em decisão definitiva;
- II - nulidade do ato jurídico;
- III - rescisão do contrato e desfazimento da arrendação, nos fundamentos do artigo 1.136 do Código Civil.

**Artigo 204 -** A guia para pagamento do imposto será emitida pela órgão municipal competente ou, conforme dispuser o regulamento.

#### **Seção VI**

#### **Das Imunidades e da não Incidência**

**Artigo 205 -** O imposto não incide sobre a transmissão de bens e direitos quando:

- I - realizada para incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica ou realização de capital;
- II - decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica.

**Parágrafo 1º -** O disposto neste artigo não se aplica quando a pessoa jurídica adquirente tiver como atividade preponderante a compra e venda de bens imóveis e seus direitos reais, a locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

**Parágrafo 2º -** Considera-se caracterizada a atividade preponderante quando mais de 50% (cinquenta por cento) da receita operacional da pessoa jurídica adquirente, nos 24 (vinte e quatro) meses anteriores à aquisição, decorrerem das transações mencionadas no parágrafo anterior.

**Parágrafo 3º -** Se a pessoa jurídica adquirente iniciar suas atividades após a aquisição, ou menos de 24 (vinte e quatro) meses antes dela, apurar-se-á a preponderância referida no parágrafo anterior levantando-se em conta os 24 (vinte e quatro) primeiros meses seguintes à data de início das atividades.

**Parágrafo 4º -** A inexistência de preponderância de que trata o 2º

-parágrafo 2º será demonstrada pelo interessado, na forma regulamentar, antes da praxe para pagamento do imposto.

**Parágrafo 3º** - Quando a atividade preponderante referida no parágrafo 1º deste artigo estiver evidenciada no instrumento constitutivo da pessoa jurídica adquirente, sujeitando-se à apuração da preponderância nos termos do parágrafo 1º deste artigo, o imposto será exigido na praxe regulamentar, sem prejuízo do direito à restituição que vier a ser legitimada quando da demonstração da inexistência da referida preponderância.

### Seção VII

#### Das Isenções

**Artigo 204** - São isentas de imposto:

- I - a extinção do usufruto, quando sua instituição tenha continuado dentro da sua propriedade;
- II - a transmissão dos bens ao cônjuge, em virtude da comunicação decorrente do regime de bens - de casamento;
- III - a transmissão em que o alienante seja o Poder Público;
- IV - a indenização de benfeitorias pelo proprietário ao locatário, consideradas aquelas de acordo com a lei civil;
- V - a transmissão de gleba rural de área não excedente a vinte e cinco hectares, que se destina ao cultivo pelo proprietário e sua família, não possuindo este outro imóvel no Município;
- VI - a transmissão decorrente de investimentos;
- VII - a transmissão decorrente da execução de planos de habitação para população de baixa renda, - retencionada ou executada por órgãos públicos - ou seus agentes;
- VIII - as transferências de imóveis desapropriados - pelos poderes públicos.

#### CAPÍTULO XII

**DO IMPOSTO SOBRE VENDAS A VAREJO DE COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS E GASEOSOS**

## Seção I

### Do Fato Gerador

**Artigo 207** - O imposto sobre vendas e varejo de combustíveis líquidos e gases que tem fato gerador a saída das seguintes categorias, de estabelecimentos comerciais, industriais ou produtores:

I - gasolina;

II - querosene;

III - álcool etílico anidro combustível - AAN;

IV - álcool etílico hidratado combustível - AEH;

V - óleo combustível;

VI - combustíveis gasosos de qualquer espécie.

**Artigo 208** - O imposto incide sobre o combustível relacionado nos incisos I a VI do artigo anterior, independentemente de sua destinação;

**Artigo 209** - Considera-se operação a fato gerador no estabelecimento vendedor, independentemente de local, compreendendo a saída, direta ou indireta, para a circulação de combustíveis e gases, em qualquer permanente ou temporária, inclusive veículos utilitários não destinados ao transporte.

**Parágrafo Único** - O imposto sobre artigos não se aplica à simples entrega de produtos a destinatários certos, na decorrência de operação já realizada no Município.

## Seção II

### Do Contribuintes

**Artigo 210** - Considera-se contribuinte:

I - o vendedor de qualquer quantidade de combustível a consumidor final, ou especial:

a) os distribuidores, pelas vendas ordinárias aos grandes consumidores e aos consumidores especiais;

b) os postos revendedores ou transportadores-revendedores-atulhistas, pelas vendas aos pequenos consumidores;

c) as sociedades civis de fins não lucrativos, inclusive cooperativas que prestam serviços de vendas e varejo de combustíveis líquidos e gases;

d) os órgãos de administração pública direta.

nas entidades, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as fundações que vendam a varejo produtos sujeitos ao imposto ainda que compradores de determinada categoria profissional ou funcional.

II - o comprador, quando revendedor ou distribuidor, pela quantidade de combustível por ele consumida.

**Artigo 211** - São solidariamente responsáveis pelo pagamento do imposto devidos:

I - o transportador em relação aos combustíveis transportados e comercializados no varejo durante o transporte;

II - o armador ou capitão que mantenha por sua guarda, em nome de terceiros, combustíveis destinados a venda ainda ao consumidor final.

§ 1º - III

Da Base Incidência

**Artigo 212** - O imposto sobre combustíveis líquidos e gases não incide sobre a venda do:

I - óleo diesel;

II - gás liquefeito de petróleo - GLP;

III - óleos lubrificantes.

§ 2º - IV

Da Base de Cálculo e da Aliquota

**Artigo 213** - A base de cálculo do imposto é o preço de venda a varejo dos combustíveis, sobre o qual será aplicada a alíquota de 12 (doze por cento).

**Parágrafo Único** - O montante do imposto não integra a base de cálculo referida no caput do artigo.

§ 3º - V

Do Lançamento

**Artigo 214** - Os contribuintes do imposto sobre vendas a varejo de combustíveis líquidos e gases estão sujeitos ao regime de lançamento por homologação.

§ 4º - VI

Do Pagamento

**Artigo 215** - O imposto será devido e pago mensalmente até 15 (quinze) dias após o encerramento de cada mês, através da guia de recolhimento de tributos municipais.


 Pto. 66

### **Seção VII**

#### **Da Documentação e Obrigações Acessórias**

**Artigo 216** - Os contribuintes do imposto são obrigados, além de outras obrigações estabelecidas na lei, à entrega e escrituração de livros, notas fiscais e notas de controle necessárias ao registro das entradas, movimentações e vendas relativas ao combustível.

**Parágrafo Único** - Enquanto não forem definidos em regulamento os novos tipos de documentos fiscais, serão aceitos o pelo fisco municipal ou já adotados por determinação do Conselho Nacional de Petróleo.

**Artigo 217** - Cada estabelecimento, seja matriz, filial, depósito, sucursal, agência ou representação, terá escrituração fiscal própria.

**Artigo 218** - Para efeitos deste código, as denominações relativas aos produtores, distribuidores, revendedores e consumidores obedecem as normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Petróleo - CNP.

**Artigo 219** - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios com o Conselho Nacional de Petróleo ou seu sucessor legal, o Estado ou Município, objetivando a fiscalização da distribuição, comercialização e consumo dos produtos referidos neste capítulo.

### **CAPÍTULO XV**

#### **DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA**

### **Seção I**

#### **Da Incidência e dos Contribuintes**

**Artigo 220** - O imposto sobre serviços de qualquer natureza tem como fato gerador a prestação, por profissional autônomo, ou em seu estabelecimento fixo, dos serviços constantes da lista que, em anexo fica anexada parte integrante desta lei, ou que a elas possam ser equiparadas.

**Parágrafo Único** - O executivo fica autorizado a alterar a lista a que se refere este artigo, procedendo a inclusão de novos serviços, ou a exclusão de serviços não relacionados, sempre que, a partir da promulgação desta lei, verificarem-se, através da legislação nacional,

-com, a alternância nas necessidades de serviços  
incidência de imposto,

Artigo 201 - A incidência de imposto é nos seguintes independentes:

- I - de resultados financeiros de atividade econômica de atividade;
- II - de desempenho de qualquer atividade legal ou regulamentada relativa ao exercício de atividade, ou qualquer das possibilidades cabíveis.

Artigo 202 - O imposto sobre serviços será devido no Município:

- I - no caso de prestação de serviço, quando o ato de locação ou de prestação de serviço ocorrer no território do Município, ainda que o prestador seja estabelecido em outro Município tributário fora dele;
- II - nos demais casos, quando o estabelecimento ou domicílio tributário do prestador se localizar no território do Município, ainda que o serviço seja prestado fora dele.

Artigo 203 - Contribuinte de imposto é o prestador de serviço, pessoa natural ou jurídica ou jurídica, com ou sem estabelecimento fixo, que exerce, habitual ou temporariamente, individualmente ou em sociedade, qualquer das atividades constantes da lista anexa.

Parágrafo único - As empresas ou estabelecimentos sujeitos ao pagamento de imposto relativo aos serviços a eles prestados por terceiros, e as não originas de prestação de serviço a terceiros de natureza inscrite no cadastro de contribuintes da Prefeitura.

## Do Cadastro

### Do Cadastro de Contribuintes

Artigo 204 - Todas as pessoas físicas ou jurídicas, com ou sem estabelecimento fixo, que exerçam, habitualmente ou temporariamente, individualmente ou em sociedade, qualquer das atividades constantes da lista anexa, ficam obrigadas à inscrição no cadastro de contribuintes de imposto sobre serviços.

Parágrafo único - A inscrição no cadastro é de natureza obrigatória para contribuintes em exercício.

F12,12.

-tal, na forma e nos prazos estipulados no regulamento.

**Artigo 233** - As declarações prestadas pelo contribuinte ou responsável no ato da inscrição ou da atualização das mesmas declarações não implicam na sua validade por si sós, que poderá sofrer-se a qualquer época, independentemente de prévia consulta ou comunicação.

**Parágrafo Único** - A inscrição, alteração ou retificação de endereço não exonera o infrator das multas que incorrer.

**Artigo 234** - A obrigação de inscrição estende-se às pessoas físicas ou jurídicas imunes ou isentas de pagamento de imposto.

**Artigo 235** - A inscrição deverá ocorrer no ato de início das atividades do prestador de serviço.

**Artigo 236** - O contribuinte é obrigado a comunicar a cessação da atividade no prazo e na forma do regulamento.

**Parágrafo Único** - A cessação da atividade não inclui a quitação ou dispensa de pagamento de quotas ou débitos existentes, ainda que venham a ser cancelados posteriormente à extinção do contribuinte.

### Seção XII

#### Do Cálculo do Imposto

**Artigo 237** - A base do cálculo do imposto é o preço do serviço, subdividido em seguintes hipóteses:

- I - quando a prestação de serviço se dar sob a forma de trabalho pessoal de pessoa natural, caso em que o imposto será calculado sobre o valor de acordo com o inciso I do artigo 238;
- II - quando da prestação de serviços a que se refere o item VI da tabela II, acima, caso em que o imposto será calculado sobre o preço do serviço, deduzidas as parcelas correspondentes:
  - a) ao valor dos materiais fornecidos pelo prestador de serviço;
  - b) ao valor dos subempreendidos já tributados pelo imposto;
- III - quando os serviços a que se refere o item 6 e I] da tabela II - "outros", forem prestados -



por sociedades de profissionais, caso em que o imposto será cobrado de acordo com o inciso II do artigo 212;

IV - quando a prestação dos serviços a que se refere a lista do item II deste artigo, envolve o fornecimento de mercadorias, caso em que não se inclui, na base de cálculo, o valor das mercadorias fornecidas;

**Parágrafo Único** - Considera-se trabalho pessoal do próprio contribuinte, para efeitos do inciso I deste artigo, o exercício pessoalmente pelo contribuinte, com auxílio de até dois empregados;

**Artigo 210** - Na base de prestação de serviços a crédito, sob qualquer modalidade, o imposto deve ser pago de uma só vez sobre o valor total da operação.

**Parágrafo Único** - Incluem-se na base de cálculo do imposto os juros relativos à concessão de crédito, ainda que cobrados em separado.

**Artigo 211** - Na prestação de serviços a título gratuito, feita por contribuinte de imposto, este será calculado sobre o valor declarado pelo prestador de serviços nos documentos fiscais referentes à operação.

**Parágrafo 1º** - O valor declarado pelo contribuinte não poderá ser inferior ao vigente no mercado local.

**Parágrafo 2º** - No caso de declaração de valores notoriamente inferiores ao vigente no mercado local, a Fazenda Municipal arbitrará a importância a ser paga, com prorrogação da cobrança das penalidades cabíveis.

**Parágrafo 3º** - O disposto no parágrafo anterior aplica-se aos casos de:

- I - inexistência de declaração nos documentos fiscais;
- II - não entrega dos documentos fiscais nas operações a título gratuito.

**Artigo 212** - O imposto será cobrado:

- I - na hipótese do inciso I do artigo 210, pela aplicação, sobre o valor financeiro do reembolso, dos coeficientes ou percentuais vigentes na tabela II, que integra este código, calculados para cada profissional habilitado;

**II** - na hipótese de inciso III do artigo 200, por  
la soma dos valores obtidos na forma de letra  
do I deste artigo, calculados em relação a  
cada profissional habilitado, após, subtração  
do ex nio, que presta serviços em nome de  
outros, sob sua responsabilidade e  
pessoal, nos termos da lei aplicável;

**III** - nos demais casos, pela aplicação dos percentuais  
antes ou percentuais fixados na tabela II;  
incidência sobre a receita bruta mensal de  
todas unidades pertencentes ao serviço prestado;

**Parágrafo 1º** - Quando o contribuinte exercer mais de um serviço  
de, adotar-se-á para cálculo de imposto o estabelecimen-  
to ou percentual correspondente à atividade principal;  
tanto, nessa entender, a critério da administração,  
de acordo com a natureza das atividades, a saber:  
I - a que constitui em maior parte para a obten-  
ção da receita bruta mensal;

II - a que ocupa maior número de pessoas;

III - a que demandar maior prumo de execução;

**Parágrafo 2º** - Quando a atividade tributável for exercida em es-  
tabelecimentos distintos, o imposto será calculado  
e cobrado por estabelecimento;

**Parágrafo 3º** - Consideram-se estabelecimentos distintos para os  
efeitos do parágrafo anterior:

I - os que, embora no mesmo local, ainda que com  
idênticas atividades, pertencem a diferentes  
pessoas físicas ou jurídicas;

II - os que, embora pertencentes à mesma pessoa  
física ou jurídica, funcionam em locais diver-  
sos, não se considerando como tal, dois ou  
mais imóveis contíguos e em comunicação im-  
ediata, nem os vários salões ou pavilhões de  
um mesmo imóvel;

**Parágrafo 4º** - Na hipótese de inciso III deste artigo, quando o  
não puder conhecer o valor efetivo da receita bruta,  
ou ainda quando os registros relativos ao imposto  
não necessarem fê, o imposto será calculado sobre a  
receita bruta arbitrada, a qual não poderá, em nin-  
gum caso, ser inferior ao total das registrações

parcelas:

- I - valor das matérias primas, combustíveis e outros materiais consumidos ou aplicados no período;
- II - folha de salários pagos durante o período, adicionada de todas as rendimentos pagos no período, inclusive honorários de diretores e retiradas de proprietários, sócios ou gerentes, bem como das respectivas obrigações trabalhistas e sociais;
- III - 0,8% (oito décimos por cento) do valor venal do imóvel, ou parte dele, e das máquinas e equipamentos utilizados na prestação de serviço, computados ao mês ou fração;
- IV - despesas com fornecimento de água, energia, telefonia e demais encargos obrigatórios do contribuinte.

#### § 4º

#### Do lançamento

Artigo 233 - O lançamento do imposto será efetuado:

- I - anualmente, quando o sujeito passivo for profissional autônomo;
- II - mensalmente, quando o sujeito passivo estiver submetido ao regime de lançamento por homologação;
- III - semestralmente, quando o sujeito passivo estiver submetido ao regime de fiscalização especial.

Parágrafo 1º - A critério da administração, e na forma regulamentar, será admitida, nos casos dos itens II e III, o lançamento por estimativa, cujo valor por valocará, até prova em contrário.

Parágrafo 2º - Na hipótese do inciso III de artigo 233, o lançamento será feito:

- I - em nome da sociedade, quando esta estiver legalmente constituída;
- II - em nome de um, de alguns ou de todos os sócios quando se tratar de sociedade de fato, sem prejuízo da responsabilidade solidária de todos os sócios.

## Seção V

### Do Documento Fiscal

**Artigo 234** - É obrigatório, por parte do contribuinte do regime de lançamento por homologação ou de fiscalização especial, a emissão de nota de serviços, em toda as operações que constituam ou possam vir a constituir fato gerador de imposto, na forma da legislação vigente.

**Artigo 235** - A nota fiscal de serviços obedecerá aos requisitos fixados no regulamento, não podendo ser omitida, ou rescindida de modo que lhe prejudique a clareza e a veracidade.

**Artigo 236** - A impressão das notas de prestação de serviços dependerá de prévia autorização da repartição fiscalizadora competente.

**Parágrafo Único** - As tipografias e estabelecimentos construtores são obrigados a manter, na forma e nas quantidades previstas no regulamento, registros próprios das notas de transação que imprimirem.

**Artigo 237** - Nas operações à vista, o regulamento pode estabelecer casos em que a nota de transação poderá ser substituída por cupom de máquina registradora.

## Seção VI

### Da Escrita Fiscal

**Artigo 238** - Os contribuintes do imposto sobre serviços sujeitos ao regime de lançamento por homologação ou de fiscalização especial, ficam obrigados, além de outras exigências estabelecidas em lei, a manter escrituração de livros pertinentes às atividades tributárias do Município e estabelecidas pelo regulamento.

**Artigo 239** - Constituem instrumentos auxiliares da escrita fiscal, livros de contabilidade geral do contribuinte, tanto se for obrigatório como se auxiliar, documentos fiscais, as guias de recolhimento de imposto e demais documentos ainda que pertencentes ao arquivo de terceiros, que se relacionem, direta ou indiretamente com os lançamentos efetuados na escrituração fiscal ou comercial do contribuinte ou responsável.

**Artigo 240** - Cada estabelecimento, seja matriz, filial, sucursal,

de, sucessor, agente ou representante, terá, no referente à competência do Município, escrita fiscal própria, vedada a sua centralização na sede ou estabelecimento principal.

#### Seção VII

#### Das Contribuintes de Rendimento e Organização

**Artigo 242** - Os contribuintes de rendimento e organização, tal como descritos no regulamento, poderão, a critério da fazenda municipal, ser dispensados da entrega da nota fiscal de serviços a que se refere o artigo 241, bem como da escrituração dos livros de contribuição fiscal, relacionados no artigo 238.

**Parágrafo 1º** - Ocorrendo a hipótese deste artigo, o imposto será pago por estimativa, com base nos montantes arbitrados pela autoridade fiscal.

**Parágrafo 2º** - A estimativa a que se refere o parágrafo anterior prevalecerá até prova em contrário.

#### Seção VIII

#### Da Fiscalização

**Artigo 243** - A fiscalização do imposto sobre serviços compete ao órgão próprio da Prefeitura e far-se-á na forma do regulamento, observadas as normas deste código.

**Artigo 244** - A fiscalização do imposto sobre serviços será feita sistematicamente nos estabelecimentos, vias públicas e demais locais onde se exerçam atividades tributáveis.

**Artigo 245** - O sujeito passivo fornecerá todos os elementos necessários à verificação da exatidão dos totais das obrigações sobre as quais pague imposto e exhibirá todos os elementos da escrita fiscal e da contabilidade geral, sempre que exigidos pelos agentes da fazenda municipal.

**Parágrafo 1º** - Os agentes fazendários, no exercício de suas atividades, poderão ingressar nos estabelecimentos e demais locais onde se pratiquem atividades tributáveis, a qualquer hora do dia ou da noite, desde que os mesmos estejam em funcionamento, ainda que esteja em expediente interno.

**Parágrafo 2º** - A falta de entrega ou depósito no exercício da Função, os agentes fiscais e demais servidores e o auxílio das autoridades policiais, ainda que não se configure fato definido em lei como crime de corrupção.

**Artigo 234** - As notas fiscais de serviço a que se refere o artigo 233 e os livros de controle fiscal relacionados no artigo 233, serão conservados pelo prazo de cinco anos, nos próprios estabelecimentos para serem exibidos à fiscalização quando exigidos, sob pena de serem retirados, salvo para apresentação em juízo, quando apreendidos pelos agentes fiscais, nos casos previstos no regulamento.

**Parágrafo Único** - A exibição dos livros e documentos fiscais far-se-á sempre que exigida pelos agentes fiscais, independentemente de prévio aviso ou notificação.

## Seção II

### Da Unidade, Incidência e Não Incidência

**Artigo 237** - É objeto e lançamento do imposto sobre serviços os seguintes:

- I - os serviços prestados pela União, Estado e Município;
- II - os serviços religiosos de qualquer culto;
- III - os serviços das partidas políticas;
- IV - os serviços prestados por instituições de educação e assistência social.

**Parágrafo 1º** - O disposto no inciso I deste artigo é extensivo às autarquias no que se refere aos serviços efetivamente vinculados às suas finalidades essenciais ou às suas decorrentes, mas não se estende aos serviços públicos concedidos.

**Parágrafo 2º** - O disposto no inciso IV deste artigo é subordinado à observância das normas transcritas nos incisos do parágrafo terceiro do artigo 191, aplicando-se quando couber, a norma do parágrafo quarto do mesmo artigo.

**Artigo 238** - Ficam isentos do pagamento do imposto sobre serviços:

- I - as associações comunitárias e os clubes de serviços cuja finalidade essencial, nos termos dos respectivos estatutos e tendo em vista os atos efetivamente praticados, esteja voltada -

- para o desenvolvimento da comunidade;

II - os trabalhadores autônomos e as negociações de natureza organizacional, tal como definidas no Regulamento, cujas atividades, por estimativa da autoridade fiscal, não produzam renda mensal superior ao valor do salário mínimo;

III - a execução, por administração, empreitada ou subempreitada de obras hidráulicas ou de construção civil, e os respectivos serviços de engenharia consultiva, quando contratados com a União, Estado e Município, autarquias e empresas concessionárias de serviços públicos;

**Parágrafo Único** - Os serviços de engenharia consultiva a que se refere o item III, são os seguintes:

- I - elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia;
- II - elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos, para trabalhos de engenharia;
- III - fiscalização e supervisão de obras de engenharia;

**Artigo 249** - O imposto sobre serviços não incide sobre:

- I - os serviços prestados:
  - a) em relação de emprego, quer no setor público, quer no privado;
  - b) por trabalhadores avulsos;
  - c) pelos diretores e membros de conselho consultivo ou fiscal de sociedades;
- II - os serviços não relacionados na lista em anexo, ressalvados os casos de atividades congêneres, equivalentes ou que possam ser assimiladas às constantes da citada lista.

**Artigo 250** - O regulamento fixará a forma e os prazos para o reconhecimento da imunidade e das isenções previstas neste capítulo.

#### Seção I

#### Das Ações e Compensações

10/10/88

**Artigo III -** Fica o Prefeito autorizado a firmar acordos com estabelecimentos de ensino, de serviços médico-hospitalares e com firmas comerciais de seguros e de capitalização, visando estabelecer um processo permanente e automático de cobrança de contribuições, mediante a emissão de créditos tributários referentes ao imposto sobre serviços com créditos líquidos e certos das firmas estabelecidas, diga o estabelecimento antes de qualquer transação com a Fazenda municipal.

**Artigo IIII -** Sem prejuízo de outras disposições que venham a ser estabelecidas pelas partes, os acordos a que se refere o artigo anterior observarão os seguintes princípios básicos:

- I - os estabelecimentos que firmarem acordo pagarão o imposto sobre serviços com base na estimativa mensal;
- II - a estimativa mensal será a diferença entre o valor do imposto devido mensalmente e o valor dos serviços efetivamente prestados ou utilizados pelo Município no mesmo mês;
- III - o valor dos serviços prestados ou utilizados pelo Município será igual:
  - a) no caso de estabelecimentos de educação, - ao preço vigente no estabelecimento;
  - b) no caso de serviços médico-hospitalares, - ao preço estabelecido pelas Câmaras de Previdência Social;
  - c) no caso de firmas comerciais de seguros e de capitalização, ao preço vigente para as operações.

**Parágrafo 1º -** Os acordos a que se refere esta seção poderão ser celebrados respectivamente, entre, a respeito, a necessidade de se estabelecer de um acordo específico para cada um dos tipos de atividades que caracterizam os grupos de contribuintes significativos.

**Parágrafo 2º -** O não cumprimento, pelo contribuinte, de qualquer das cláusulas do acordo, implicará na sua exclusão do benefício previsto fundamentalmente do artigo III, inciso II, sendo exigida imediatamente a pagamento do imposto, sem prejuízo da cobrança das penalidades



cativas.

**Parágrafo 2º** - A escritura de um ou de alguns contribuintes de -  
acordo coletivo não é inválida, prejudica ou altera  
em seus termos e propósitos, permanecendo suas cláusulas  
sempre boas, firmes e válidas, em relação  
aos signatários permanentes.

**Artigo 233** - As entidades imunes ao imposto, que desejem colaborar  
com a municipalidade na solução dos problemas  
educacionais e de assistência social no Município, -  
podem pleitear a sua inclusão nos benefícios referidos  
desta seção, caso em que a concessão compreenda  
doados os demais tributos não abrangidos pela imunidade.

**Artigo 234** - A inclusão, tanto dos contribuintes quanto das entidades,  
imunes nos benefícios referidos nesta seção, -  
far-se-á mediante solicitação dos interessados, obrigada  
decisão em condições a serem fixadas em arcos  
públicos na imprensa oficial ou em órgão de circulação  
local.

## **TÍTULO XII**

### **LIVRO TERCEIRO**

## **PARTES ESPECIAIS**

### **TÍTULO XIII**

#### **DAS TAXAS**

#### **CAPÍTULO I**

#### **DA TAXA DE LICENÇA**

##### **Seção I**

##### **Hipótese de incidência**

**Artigo 235** - A hipótese de incidência da taxa é a prévia e  
a fiscalização, dentro do território do município, -  
das condições de localização, segurança, higiene, -  
saúde, incolumidade, bem como de respeito à ordem, -  
aos costumes, à tranquilidade pública, à propriedade,  
às liberdades individuais e coletivas e à legislação  
urbanística e que se submete qualquer pessoa -  
física ou jurídica que pretenda realizar obra, seja  
de caráter público ou privado e de natureza pública, -  
em locais de uso público ou de interesse público; loca-  
lizar e manter funcionar estabelecimento comercial, -  
industrial, prestador de serviços, agropecuario e  
outros; ocupar vias e logradouros públicos com mó-

•voto e atendimento; exercer qualquer atividade; ou ainda manter em funcionamento o estabelecimento e previamente licenciado.

**Artigo 215 -** Na concessão de uma regulamentação a que se refere o artigo anterior, as autoridades municipais, visto do Conselho a atividade pretendida nos o planejamento físico e o desenvolvimento físico econômico de município, levando em conta, entre outros, as seguintes questões:

- I - zona da atividade a ser exercida;
- II - localização do estabelecimento;
- III - horário de funcionamento;
- IV - cumprimento das normas municipais.

**Artigo 217 -** A critério de Executive e para os fins desta lei, o planejamento físico e socio-econômico poderá ser, entre outros, as seguintes atividades:

- I - planejamento e execução de obras;
- II - planejamento de utilização do solo;
- III - distribuição de atividades e regulamentação das respectivas horários para a utilização de prédios;
- IV - coordenação geral dos serviços de caráter público;
- V - preservação das características de uso do solo para as atividades previamente licenciadas.

**Artigo 218 -** A atividade contemplada no Artigo 217, na forma de licença, é representada, não de uma regulamentação entre a pretensão e as normas, tendo em vista as vantagens e perdas administrativas, quando a consideração indispensável à concessão de licença.

**Artigo 219 -** A taxa será exigida nos casos de concessão de licença para:

- I - localização;
- II - fiscalização de funcionamento, quanto a portões, horários e quanto a condições;
- III - horário especial;
- IV - concessão de comércio eventual ou ambulante;
- V - concessão de serviços de obras de engenharia, locações e acuramentamentos;
- VI - publicidade nas vias e logradouros públicos.

**Parágrafo 1º** - A licença agrange, quando da primeira licenciatura, a localização e o funcionamento e, nos casos não posteriores, apenas a fiscalização do funcionamento e manutenção da atividade no local, observando o movimento.

**Parágrafo 2º** - Nos casos dos itens I, II e IV, a licença será concedida para o período anual, no período fixado e prorrogável no que civil, permitida, sempre, na forma regulamentar, com renovação.

**Artigo 250** - O executivo poderá emitir, para a concessão da licença, a prova insuflação de contribuinte no cadastro fiscal do Município.

**Artigo 251** - Nenhuma pessoa física ou jurídica que opere no ramo da produção, industrialização, comercialização ou prestação de serviços poderá iniciar suas atividades no município, sejam elas permanentes, intermitentes ou temporárias, sem antes obter a licença da Prefeitura.

**Artigo 252** - O contribuinte que sistematicamente, se recusar a emitir ou embargar ou recusar iludir, por qualquer meio, a entrega dos tributos, terá a licença ou a inscrição de seu estabelecimento suspensa ou cancelada, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

**Artigo 253** - As atividades a que se refere o parágrafo único do artigo 251 não poderão ser iniciadas sem a concessão da respectiva licença e o pagamento da taxa devida.

#### Seção II

##### Do Cálculo

**Artigo 254** - A taxa de licença será cobrada pela aplicação, sobre o valor financeiro de referência, das percentuais estabelecidas através da tabela III, que fará parte desta lei.

#### Seção III

##### Do Pagamento

**Artigo 255** - A taxa de licença será cobrada e paga através de guia, acompanhada da documentação necessária, nos condições estabelecidas pela regulamentação.

**Artigo 256** - A cobrança, restrição ou qualquer outra modificação

com temas, prazos, locais ou quaisquer outros elementos da lista não aparecer e contribuindo de pagamento da taxa respectiva nos dois dias úteis seguintes de que já houver sido pago.

104-105

## The Triangle & WHO Involvement

Article 207 - Finesc incursas de pagamento da taxa de licença em -  
seguintes atos e atividades:

- I** - a atuação da classe em âmbito de propriedade da União, Estado e Município, desde no caso de imóveis em regime de enfiteuse ou aforamento, quando a taxa será cobrada pelo titular do domínio útil.
- II** - a publicidade de caráter patriótico, concernente à segurança nacional e a referenda às campanhas eleitorais;
- III** - a atuação das áreas em vias ou legatimárias públicas por:
- a) feiras de livros, exposições, concertos, retretas, palestras, conferências e outras atividades de caráter patriótico, cultural ou científico;
  - b) exposições, palestras, conferências, pregações e demais atividades de caráter exclusivamente religioso;
  - c) candidatos e representantes de partidos políticos, durante a fase de campanha, obedecendo a legislação eleitoral em vigor;
- IV** - os fisicamente inválidos, quando no exercício de atividade relativa ao seu sustento, desde que seja considerada de pequena expressão econômica;
- V** - ainda a exclusivo critério da administração, a pequena produtor quanto à comercialização de seus produtos.

II - a publicidade de caráter patriótico, concernente à segurança nacional e a referenda às empresas nacionais;

XIII - a couplet des érudits en vins ou légumineuses -  
publiés par:

- a) feiras de livros, exposições, concertos, - retratos, palestras, conferências e outras atividades de caráter cultural e social e científico;
- b) exposições, palestras, conferências, reuniões e demais atividades de caráter exclusivamente religioso;
- c) candidatos e representantes de partidos políticos, durante a fase de campanha, sob o vado a legislação eleitoral em vigor;

b) impedidos, palestinos, confederados, pora  
que a demais indivíduos de todas nacio-  
mente religiosas;

e) candidatos e representantes de partidos políticos, durante a fase de campanha, devem votar a legislação eleitoral em vigor;

IV - os fisicamente inválidos, quando no exercício de atividade relativa ao seu sustento, desde que seja considerada de pequena expressão econômica;

Y - ainda o exclusivo critério de administração, e pagamos produtor quanto à comercialização de seus produtos.

**Artigo 223 - Independência de concessão de licença e, por consequen-  
te, não estar sujeito ao pagamento de taxa registra-  
tiva;**

- X - o funcionamento de quaisquer repartições governamentais e respectivas autarquias;**

- II - as obras públicas em geral;
- III - as parcelamentos de solo efetuados pelo poder público ou através de órgãos da administração indireta;
- IV - qualquer atividade da empresa brasileira de correios e telégrafos.

**Parágrafo Único** - A não incidência da taxa sobre as atividades especificadas neste artigo não isentará as respectivas autoridades e entidades e os responsáveis pelas mesmas, da observância e cumprimento das normas e orientamentos disciplinares vigentes no município.

## **CAPÍTULO II**

### **DA TAXA DE SERVIÇOS URBANOS**

#### **Seção I**

##### **Taxa de Iluminação Pública**

**Artigo 269** - A taxa de iluminação pública tem como fato gerador a utilização efetiva ou potencial dos serviços de iluminação pública nas vias e logradouros públicos, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição.

**Artigo 270** - A taxa será devida pelos proprietários, titulares, de domínio útil e possuidores de imóveis em locação, em razão da situação da Prefeitura.

**Artigo 271** - A base de cálculo da taxa de iluminação pública é o custo do serviço.

**Artigo 272** - Para apuração do valor da taxa de iluminação pública será observada a tabela anexa.

**Artigo 273** - Aplica-se à taxa de iluminação pública a regra de solidariedade prevista no parágrafo único do artigo 178.

**Artigo 274** - São isentas de pagamento da taxa de iluminação pública:

I - os proprietários possuidores ou detentores de domínio útil de imóveis rurais, quanto a estes;

II - os poderes públicos.

**Artigo 275** - A taxa de iluminação pública será cobrada anualmente, podendo o seu lançamento, bem como os prazos e formas sinalizadas para o pagamento, coincidir, a critério da administração, com os do imposto predial e territorial urbano.

**Artigo 276 -** A taxa de iluminação pública será lançada, para todos os imóveis, edificadas ou não, beneficiadas pelo serviço e, não se fará diferenciação no lançamento, com relação ao tipo de luminária instalada no local.

#### **Seção II**

#### **Taxa de Coleta de Lixo**

**Artigo 277 -** A hipótese de incidência da taxa de coleta de lixo é a utilização, efetiva ou potencial, do serviço de coleta de lixo domiciliar prestado pelo Município ao contribuinte ou colocada à sua disposição, com a regularidade necessária.

**Artigo 278 -** Entende-se por serviço de coleta de lixo a remoção periódica de lixo composto de resíduos domésticos ou industriais, gerados em imóveis edificadas.

**Artigo 279 -** A taxa será devida pelos proprietários, titulares de domínio útil e possuidor de imóvel em locais onde se dá a atuação da Prefeitura.

**Artigo 280 -** A base de cálculo da taxa de coleta de lixo é o custo do serviço.

**Artigo 281 -** Aplica-se à taxa de coleta de lixo a regra de solidariedade prevista no parágrafo único do artigo 176.

**Artigo 282 -** Para apuração do valor da taxa de coleta de lixo será observada a tabela IV anexa.

**Artigo 283 -** A taxa de coleta de lixo será cobrada anualmente, podendo o seu lançamento, bem como os prazos e formas estabelecidas para o pagamento, coincidir, a critério da administração, com os do imposto predial e territorial urbano.

#### **Seção III**

#### **Taxa de Vigilância Pública**

**Artigo 284 -** A hipótese de incidência da taxa de vigilância pública é a utilização efetiva ou potencial do serviço de vigilância pública prestada pelo Município ao contribuinte ou colocada à sua disposição, com a regularidade necessária.

**Artigo 285 -** Entende-se por serviços de vigilância pública, os realizados em vias e logradouros públicos que consistem em: complementação ao policiamento estadual; prevenção e manutenção da ordem e segurança pública e

eventual combate à invasões e aborçagens em propriedades públicas ou particulares,

**Artigo 286 -** A taxa será devida pelos titulares de domínio útil e possuidores de imóveis, em locais onde se dá a atuação da Prefeitura,

**Artigo 287 -** A base de cálculo da taxa de vigilância pública é o custo do serviço,

**Artigo 288 -** Aplica-se a taxa de vigilância pública a regra de solidariedade prevista no parágrafo único do artigo 178.

**Artigo 289 -** Para apuração do valor da taxa de vigilância será observada a tabela IV anexa.

**Artigo 290 -** A taxa de vigilância será cobrada anualmente, pedida e sem lançamento, bem como os prazos e formas estabelecidas para o pagamento, coincidirem, a critério da administração, com os do imposto predial e territorial urbano.

#### Seção IV

#### Conservação de Vias e Logradouros

**Artigo 291 -** A hipótese de incidência da taxa de conservação de vias e logradouros públicos é a utilização, efetiva ou potencial, do serviço de conservação de vias e logradouros públicos prestados pelo município ao contribuinte ou colocados à sua disposição, com a regularidade necessária,

**Artigo 292 -** Entende-se por serviço de conservação de vias e logradouros públicos a reparação e manutenção de ruas, praças, jardins e similares, que visem manter ou melhorar as condições de utilização desses locais, - quais sejam:

- I - raspagem do leito carregável, com uso de ferramentas ou máquinas;
- II - conservação e reparação do calçamento;
- III - recondicionamento do meio-fio;
- IV - desobstrução, aterros de reparação e serviços correlatos;
- V - sustentação e fixação de encostas laterais, - remoção de barreiras;
- VI - fixação, poda e tratamento de árvores e plan-

-com ornamentais e serviços correlatos.

**Artigo 293** - A taxa será devida pelos titulares de domínio útil e possuidores a qualquer título de imóveis em lotes onde se encontre a estação da Prefeitura.

**Parágrafo único** - Aplica-se a taxa de conservação de vias e logradouros públicos a regra de solidariedade do parágrafo único do artigo 176.

**Artigo 294** - A base de cálculo da taxa de conservação de vias e logradouros públicos é o custo do serviço.

**Artigo 295** - Para apuração da taxa de conservação de vias e logradouros públicos será observada a tabela IV anexa.

**Artigo 296** - A taxa de conservação de vias e logradouros públicos será cobrada anualmente, podendo o seu lançamento, bem como os prazos assinalados para o pagamento, coincidir, a critério da administração, com os do imposto predial e territorial urbano.

### CAPÍTULO III

### TAXA DE CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS

#### Seção I

#### Do Fato Gerador

**Artigo 297** - A taxa de conservação de estradas municipais tem no fato gerador a execução, pelo município, dos serviços de conservação, melhoramento e manutenção do sistema rodoviário que serve a zona rural.

**Parágrafo 1º** - O sistema rodoviário rural é constituído pelo conjunto de estradas e caminhos municipais, com respectivas obras de arte e instalações acessórias e complementares, localizadas fora do perímetro urbano.

**Parágrafo 2º** - Os serviços prestados pelo município tem por finalidade assegurar a permanente utilização, pelos contribuintes, ou em função de suas atividades, do sistema rodoviário rural.

**Parágrafo 3º** - Os serviços prestados pelo município compreendem:

- I - estudos e projetos;
- II - aterramento, limpeza, terraplanagem e compactação;
- III - desobstrução, recuperação e esgotamento de águas;
- IV - alargamento, retificação e abertura de estradas.



das;

V - construção, reformas e melhoramentos em pontes, auto-barras, galerias, linhas de tubo, canalotas e outros obras de arte e de segurança;

VI - aberturas, sustentação, fixação, granação ou remoção de cortas, barreiras, barrancos, en-costas e similares;

VII - outros serviços e obras que tenham por finalidade assegurar a utilização do sistema rural-pela contribuinte.

Parágrafo 4º - Incorrerá a incidência da taxa, tanto a manutenção dos serviços, como também a construção de qual-quer uma das atividades previstas no parágrafo an-terior.

#### Seção XI

##### Do Contribuinte

Artigo 298 - Contribuinte da taxa é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, do imóvel localizado fora do perímetro urbano, cuja propriedade, de forma direta ou indireta, é servida ou beneficiada pelos serviços a que se refere o pa-rágrafo segundo do artigo anterior.

#### Seção XII

##### Da Base de Cálculo

Artigo 299 - A base de cálculo da taxa é o custo do serviço prestado pelo município, dividido entre os contribuin-tes, de acordo com os critérios estabelecidos pelos artigos 300 e 301.

Artigo 300 - O valor da taxa, para fins de lançamento, será en-contrado mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

- I - O valor da taxa é igual ao número de pontes - potenciais de utilização do imóvel multiplicado pelo valor financeiro unitário de ponte po-tenencial de utilização;
- II - o valor financeiro unitário de ponte potencial de utilização é obtido através da divisão do custo dos serviços pela soma das pontes-potenciais de utilização dos imóveis cadastrados.

**Parágrafo 1º** - O custo dos serviços não poderá ser superior a setenta por cento do valor gerado através da taxa das despesas realizadas com a conservação e demais serviços de estradas municipais, referentes ao exercício financeiro imediatamente anterior ao exercício de lançamento.

**Parágrafo 2º** - O custo apurado na forma do parágrafo anterior será corrigido monetariamente com os índices de sua base.

**Artigo 301** - Os pontos potenciais serão encontrados na função das características do imóvel e dos serviços prestados, aplicando-se a tabela V anexa.

#### **Seção XV**

#### **De Lançamento e Cobrança**

**Artigo 302** - O lançamento da taxa será feito em nome do contribuinte.

**Artigo 303** - A taxa será lançada e cobrada anualmente.

**Parágrafo 1º** - Mediante decreto o Executivo estabelecerá as condições de seu pagamento, que poderá ser dividido em parcelas, podendo estabelecer desconto para pagamento antecipado e correção para pagamento parcelado.

**Parágrafo 2º** - Mediante decreto o Executivo poderá conceder descontos, de até 50% (cinqüenta por cento), no valor da taxa, para os contribuintes que diretamente colaborarem com a administração municipal, quer na conservação de estradas utilizando para isso máquinas e mão de obra de seus empregados, quer apresentando relevantes economias escrituradas favoráveis ao Município.

#### **Seção V**

#### **Das Isenções**

**Artigo 304** - São isentas da taxa de conservação de estradas:

I - A União, o Estado e o Município;

II - as entidades religiosas, educativas e de assistência social na forma estabelecida em regulamento.

#### **Seção VI**

#### **Do Cadastro**

**Artigo 305** - Todas as propriedades situadas na zona rural do Município ficam obrigadas à sua inscrição no cadastro

-realização de obras públicas.

**Artigo 108** - Contribuinte de tributo é o proprietário, o detentor de domínio útil ou o possuidor a qualquer título de bem imóvel beneficiado por obra pública.

**Artigo 109** - A base de cálculo da contribuição de melhoria é o custo da obra.

**Parágrafo 1º** - No custo da obra serão computadas todas as despesas apropriadas à sua execução, inclusive estudos, projetos, fiscalização, desapropriações, expropriações e encargos financeiros.

**Parágrafo 2º** - O custo da obra terá sua expressão monetária atualizada na época de lançamento, mediante a aplicação dos coeficientes da correção monetária.

**Parágrafo 3º** - Em se tratando de obra de caráter social ou de interesse relevante para o Município, a Prefeitura, mediante lei específica de iniciativa do Executivo, poderá subsidiar parte do custo de sua execução.

**Artigo 110** - O custo da obra será rateado entre os contribuintes de acordo com as seguintes critérios:

**I** - proporcional à área de terreno beneficiado, nos casos de terraplanagem, drenagem, canalização e outras de mesma natureza;

**II** - proporcional à testada de imóvel, nos demais casos.

**Artigo 111** - O pagamento da contribuição de melhoria poderá ser efetuado em prestações mensais, equivalentes e com base no acordo com as amonizações que, no-

**LEI MUNICIPAL Nº 1.022 DE 29 DE DEZEMBRO DE 1989**

**"Institui Tabelas Genéricas de Valores para cálculos de Valores Venais Imobiliários e dá outras providências".**

**DR. HORIVAL CABRERA RODRIGUES, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.**

**FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E NUN PROMULGA A SEGUINTE LEI:**

**Artigo 1º - Fica aprovada a tabela I anexa, que fixa valores padrões unitários para cálculos de Valores Venais Territorial e Predial destinados ao lançamento de tributos municipais.**

**Artigo 2º - O Executivo poderá regulamentar por decreto, a definição das zonas de valores, até o limite de valor fixado na tabela a que se refere o artigo anterior, excluindo-se do dito limite os fatores de correção que impliquem em valorização.**

**Artigo 3º - Tanto o sistema de cálculo de valores de terrenos como o sistema de cálculo de valores de edificações poderão incluir fatores de correção e ajuste de valor, que desvalorizem ou valorizem o imóvel, desde que, no caso de valorização, esta não ultrapasse o índice de 50% maior que os valores fixados.**

**Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.**

**Artigo 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.**

**Prefeitura Municipal de General Salgado, 29 de dezembro de 1989.**

  
**DR. HORIVAL CABRERA RODRIGUES**

**Prefeito Municipal**

**Publicada e registrada na secretaria na data supra.**

  
**-Anísio Costa-**  
**secretário**

*MR* 25

# **TABULA - I**

## **PARTI A - DO SORRAMENTO TERRITORIAL URBANO**

COD	AREA	Nº SERVIÇOS	DISCRIMINAÇÃO	R.M
01	01.01	5	Previamente ao comercial e residencial central..... Abrange as indústrias com teste- de volta para as seguintes trechos de vias públicas: Av. Diogo G. Gama, entre Rua Rafaelina T. Castilho e Rua - Leonor G. Vianna; Av. Antônio- J. Carvalho entre Rua Vicente- R. Mendonça e R. Nadyr Martins; Rua José B. Fernandes, Nadyr - Garcia e Rafaelina T. Castilho entre Av. Diogo G. Gama e Av. Antônio J. Carvalho.	0.400
02	01.02	5	Domínio áreas com 5 melhoramentos	0.300
03	01.01	4	Áreas e/4 melhoramentos.....	0.120
04	04.01	3	Áreas e/3 melhoramentos.....	0.080
05	05.01	2	Áreas e/2 melhoramentos.....	0.040
06	06.01	1	Áreas e/até 1 melhoramento....	0.020
07	07.01	-	Domínio áreas urbanas isoladas da área .....	0.010

Considera-se melhoramentos: Pavimentação, Água, Esgoto, Gás  
e Iluminação.

# **PARTE B - DA CLASSIFICAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES URBANAS**

DISCRIMINAÇÃO TIPO VALOR EM  
R\$ VR

## **Residencial Habitações Particulares**

Luxe .....	01	12,00
Fino .....	02	8,00
Médio .....	03	6,00
Popular .....	04	4,00
Místico .....	05	2,00
Inferior .....	06	1,00

## **Residencial Habitações Múltiplas**

Fino .....	11	12,00
Médio .....	12	8,00
Popular .....	13	4,00

## **Comercial Salas e Escritórios**

Fino .....	21	9,00
Médio .....	22	8,00
Popular .....	23	6,00

## **Comercial Salões e Sinagoga**

Especial .....	31	8,00
Médio .....	32	6,00
Simples .....	33	4,00

## **Industrial**

Especial .....	41	8,00
Comum .....	42	6,00
Barrações .....	43	4,00

# **PARTE C - DO VALOR TERRITORIAL RURAL**

DISCRIMINAÇÃO TIPO VALOR EM R\$ VR

**O Valor Médio do Hectare é de até 50 VR**

DISCRIMINAÇÃO TIPO VALOR EM R\$ VR



# Prefeitura Municipal de General Salgado

ESTADO DE SÃO PAULO

=LEI MUNICIPAL Nº 1.433 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1.989=

"Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a doar à AFGAC - Associação dos Funcionários da Generalco, Agrogel E Cooperativa, um imóvel constituído de 2.461,40 metros quadrados, e dá outras providências".

DR. NORIVAL CAERERA RODERO, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Artigo 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a doar à AFGAC - Associação dos Funcionários da Generalco, Agrogel e Cooperativa, desta cidade, um imóvel de sua propriedade, com área total de 2.461,40 metros quadrados, situado no "Jardim São Joaquim", com as seguintes divisas e confrontações: pela frente confronta-se com a Rua "F" atualmente Rua José Duram onde mede 34,34 metros; pelo lado direito de quem de frente vê, confronta-se com os lotes 1, 2, 3, 4 e 5 da quadra 4 onde mede 55,00 metros; pelo lado esquerdo de quem de frente vê, confronta-se com a Rua "C" atualmente Rua Florindo Venâncio onde mede 37,22 metros; e finalmente pelos fundos, confronta-se com a Rua "A" atualmente Rua Reginaldo Ribeiro da Silva, onde mede 38,33 metros.

Artigo 2º - A doação do imóvel de que trata o artigo anterior, destinar-se-á a construção de prédio para a instalação da AFGAC - Associação dos Funcionários da Generalco, Agrogel e Cooperativa.

Parágrafo Único - Fica estabelecido o prazo de um ano para o início das obras de que trata este artigo.

Artigo 3º - Para concretização da doação de que trata esta Lei, a AFGAC fica obrigado a aceitar a filiação dos servidores municipais de quaisquer categoria, sem impor-lhes obrigações pecuniárias.

Artigo 4º - As despesas decorrentes da presente doação, correrão por conta do donatário.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Prefeitura Municipal de General Salgado, 20 de dezembro de 1989.

Dr. Norival Cabrera Roderio

AV. ANTONINO JOSÉ DE CARVALHO, 946 - FONES: (0174) 41-1411 - 41-1412 - CEP 15.300 - GENERAL SALGADO - SP

Prefeito Municipal

**LEI MUNICIPAL Nº 1.433 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1989**

**"Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a doar à AFUAS - Associação dos Funcionários da Generalco, Agrégel e Cooperativa, um imóvel constituído de 2.461,40 metros quadrados, e as outras providências".**

**DR. NORIVAL CARRERA RODRIGUES, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.**

**FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI;**

**Artigo 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a doar à AFUAS - Associação dos Funcionários da Generalco, Agrégel e Cooperativa, desta cidade, um imóvel de sua propriedade, com área total de 2.461,40 metros quadrados, situado no "Jardim São Joaquim", com as seguintes divisões e confrontações: pela frente confronta-se com a Rua "F" atualmente Rua José Duran onde mede 34,34 metros; pelo lado direito do qual de frente vê, confronta-se com os lotes 1, 2, 3, 4 e 5 da quadra 4 onde mede 55,00 metros; pelo lado esquerdo do qual de frente vê, confronta-se com a Rua "C" atualmente Rua Floriano Venâncio onde mede 37,22 metros; e finalmente pelos fundos, confronta-se com a Rua "A" atualmente Rua Reginaldo Ribeiro da Silva, onde mede 36,13 metros.**

**Artigo 2º - A doação do imóvel de que trata o artigo anterior, destinar-se-á a construção do prédio para a instalação da AFUAS - Associação dos Funcionários da Generalco, Agrégel e Cooperativa.**

**Parágrafo Único - Fica estabelecido o prazo de um ano para o início das obras de que trata este artigo.**

**Artigo 3º - Para concretização da doação de que trata esta Lei, a AFUAS fica obrigada a aceitar a filiação dos servidores municipais de qualquer categoria, sem impor-lhes obrigações pecuniárias.**

**Artigo 4º - As despesas decorrentes da presente doação, correrão por conta do donatário.**

**Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.**  
**Prefeitura Municipal de General Salgado, 20 de dezembro de 1989.**

**-Dr. Norival Carrera Rodrigues-**  
**Prefeito Municipal**



8

**-LEI MUNICIPAL Nº 1.434 DE 24 DE JANEIRO DE 1.990-**

**"Dispõe sobre majoração de vencimentos dos funcionários, servidores, pensionistas e aposentados da Prefeitura Municipal de General Salgado e dá outras providências".**

**SR. HORIVAL CABRERA RODERO, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.**

**FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANÇÃO E PROMULGA A SEGUINTE LEI:**

**Artigo 1º - Ficam majorados em 120% (cento e vinte por cento) os vencimentos dos funcionários, servidores, pensionistas e aposentados da Prefeitura Municipal de General Salgado, a partir de 01 de janeiro de 1.990.**

**Artigo 2º - A Encargada de INORA será atribuída uma gratificação mensal de R\$ 300,00 (quinhentos e trinta e nove cruzeiros novos).**

**Artigo 3º - Ficam elevados para R\$ 30,00 (trinta cruzeiros novos) o valor de cada quota de salário-família e do salário-casa dos funcionários públicos municipais.**

**Artigo 4º - As despesas decorrentes da execução da presente lei, correrão à conta de verbas próprias do orçamento municipal vigente, suplementadas se necessário.**

**Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 1.990.**

**Artigo 6º - Revogam-se as disposições em contrário.**

**Prefeitura Municipal de General Salgado, 24 de janeiro de 1.990.**

  
**-Sr. Horival Cabrera Roderio-  
Prefeito Municipal**

**Publicada e registrada na secretaria na data supra.**

  
**-Amalia Costa-  
secretária**

**LEI MUNICIPAL Nº 1.413 DE 19 DE FEVEREIRO DE 1939**

**"Da nova redação do artigo 18 da Lei Municipal nº 1.404 de 12 de julho de 1939".**

**DR. NORIVAL CARRERA RODRIGS, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.**

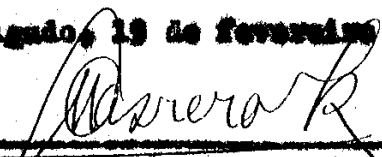
**FAN SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANÇÃO E PROMULGA A SEGUINTE LEI:**

**Artigo 1º - O artigo 18 da Lei Municipal nº 1.404 de 12 de julho de 1939, passa a ter a seguinte redação:**


**"Artigo 18 - Fica o Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com o Departamento de Águas e Energia Elétrica - D.A.E.E., órgão vinculado à Secretaria de Energia e Suprimento do Estado de São Paulo, para execução conjunta de obras de combate a enchentes e implantação de galerias de águas pluviais no Jardim Santo Antonio, nesta cidade".**

**Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.**

**Prefeitura Municipal de General Salgado, 19 de fevereiro de 1939.**

  
**-Dr. Norival Carrera Rodrgs-  
Prefeito Municipal**

**Publicada e registrada na secretaria em data supra.**

  
**-Anísio Costa-  
secretário**

**LEI MUNICIPAL Nº 1.435 DE 23 DE FEVEREIRO DE 1990**

**"Autoriza o Executivo Municipal a alienar o veículo marca Volkswagen/Santana pertencente ao patrimônio público municipal"**

SR. NORIVAL CABRERA RODRIGUES, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

**FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E DEU SANÇÃO À SEQUENTE LEI:**

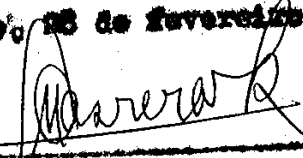
Artigo 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a alienar um automóvel marca Volkswagen/Santana, 4 portas, ano de fabricação 1986, 1.6 álcool, cor preta, placa GL 6688, certificado de registro nº 034833715, pertencente à Prefeitura Municipal de General Salgado, chassi 9W2323224271750.

Artigo 2º - O referido veículo a ser alienado deverá ser precedido de avaliação prévia e obedecerá em tudo o que couber ao princípio de licitação.


Artigo 3º - A Contabilidade Municipal fica autorizada a proceder a baixa no Sistema Patrimonial do aludido veículo.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de General Salgado, 23 de fevereiro de 1990.

  
-Sr. Norival Cabrera Rodrigues-  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na secretaria em data supra.

  
-Anísio Costa-  
secretário

**LEI MUNICIPAL Nº 1.437 DE 05 DE MARÇO DE 1.990**

"Dispõe sobre majoração de vencimentos dos funcionários, servidores, pensionistas e aposentados da Prefeitura Municipal de General Salgado e de outras providências".

SR. HORIVAL GARRERA ROHNERO, Prefeito Municipal de General Salgado, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

**FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANZIONA E PROMULGA A SEQUINTE LEI:**

**Artigo 1º - Ficam majorados em 10% (dezoito e vinte por cento) os vencimentos dos funcionários, servidores, pensionistas e aposentados da Prefeitura Municipal de General Salgado, a partir de 01 de março de 1.990.**

**Artigo 2º - Ao Encarregado do INCHA, será atribuída uma gratificação mensal de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos cruzados novos).**

**Artigo 3º - Ficam elevados para R\$ 100,00 (cem cruzados novos) o valor de cada quota de Salário-Família e Salário-Esposa dos funcionários públicos municipais.**

**Artigo 4º - As despesas decorrentes da execução da presente lei, correrão à conta de verbas próprias consignadas no orçamento municipal vigente, suplementadas se necessário.**


**Artigo 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de março de 1.990.**

**Artigo 6º - Revogam-se as disposições em contrário.**

**Prefeitura Municipal de General Salgado, 05 de março de 1.990.**

  
**SR. HORIVAL GARRERA ROHNERO**  
**Prefeito Municipal**

**Publicada e registrada na secretaria em data supra.**

  
**- Anísio Costa -**  
**secretário**